



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO
DEPARTAMENTO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL
CURSO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL - JORNALISMO**

Tainá da Conceição de Mesquita

NARRATIVAS JORNALÍSTICAS E A VIOLÊNCIA VICÁRIA

Um estudo das reportagens do Nexo Jornal e da associação jornalística Gênero e Número

São Luís
2025

TAINÁ DA CONCEIÇÃO DE MESQUITA

NARRATIVAS JORNALÍSTICAS E A VIOLÊNCIA VICÁRIA

Um estudo das reportagens do Nexo Jornal e da associação jornalística Gênero e Número

Monografia apresentada à Universidade Federal do Maranhão (UFMA) como requisito para obtenção do grau de Bacharel em Comunicação Social – Jornalismo.

Professora orientadora: Profa. Dra. Maria Gislene Carvalho Fonseca

São Luís
2025

Ficha gerada por meio do SIGAA/Biblioteca com dados fornecidos pelo(a) autor(a). Diretoria Integrada de Bibliotecas/UFMA

da Conceição de Mesquita, Tainá.

NARRATIVAS JORNALÍSTICAS E A VIOLÊNCIA VICÁRIA : um estudo das reportagens do Nexo Jornal e da associação jornalística Gênero e Número / Tainá da Conceição de Mesquita. - 2025.

66 p.

Orientador(a): Maria Gislene Carvalho Fonseca. Monografia (Graduação) - Curso de Comunicação Social - Jornalismo, Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2025. 1.

Desinformação. 2. Violência Vicária. 3. Análise Narrativa. 4. Gênero e Número. 5. Nexo Jornal. I. Carvalho Fonseca, Maria Gislene. II. Título.

TAINÁ DA CONCEIÇÃO DE MESQUITA

NARRATIVAS JORNALÍSTICAS E A VIOLÊNCIA VICÁRIA

Um estudo das reportagens do Nexo Jornal e da associação jornalística Gênero e Número

Monografia apresentada à Universidade Federal do Maranhão como requisito para obtenção do grau de um em Comunicação Social – Jornalismo.

Aprovada em: 25 /07 /2025

BANCA EXAMINADORA

Prof.^a Dr.^a Maria Gislene Carvalho Fonseca (Orientadora)

Universidade Federal do Maranhão

Sarah Fontenelle Santos (UFMA)

Thayara Ferreira Coimbra Lima (UFMA)

“Se, na verdade, não estou no mundo para simplesmente a ele me adaptar, mas para transformá-lo; se não é possível mudá-lo sem um certo sonho ou projeto de mundo, devo usar toda possibilidade que tenha para não apenas falar de minha utopia, mas participar de práticas com ela coerentes.”

(Paulo Freire)

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar, quero agradecer a Deus por me permitir viver a experiência humana em toda sua complexidade. Por todas as tristezas, que dão lugar à alegria. Pelas dificuldades, que dão lugar à superação. Pelos esforços e sacrifícios, que dão lugar às conquistas. Eu agradeço a Deus por me dar coragem para atravessar os momentos de incertezas e por me permitir chegar ao outro lado, sem perder a ternura.

Agradeço à minha mãe, Roseane, por ser a maior incentivadora dos meus sonhos e por ter me permitido escolher os meus caminhos, demonstrando seu orgulho a cada pequeno passo. Obrigada por todos os sacrifícios que fez por mim. Em especial, os invisíveis aos meus olhos, mas que me permitiram chegar até aqui com tranquilidade, ainda que tenha lhe custado noites de sono, recursos e tempo. Serei eternamente grata e espero um dia retribuir. Estaremos sempre juntas para o que a vida nos apresentar.

Agradeço ao meu pai, José Ribamar, por todos os ensinamentos sobre o mundo. Ao testemunhar sua trajetória de luta pelos pequenos agricultores e sem terra, pude ter o primeiro contato com a solidariedade e a consciência de que vivemos num mundo ainda tão desigual e cruel com alguns, pensamentos que estão sempre presentes na nossa família e, agora, presentes neste trabalho. Viver na certeza do seu amor é um presente. Agradeço por todos os sacrifícios feitos em nome da minha educação e de uma vida alegre e digna, mesmo diante das dificuldades.

Agradeço à minha avó Sofia - em nome dos meus avós Antônio, Lenir e Chagas que já não estão mais aqui. Obrigada, vó, por lutar para que seus filhos pudessem estudar e ter suas vidas transformadas por meio da educação, algo que não lhe foi permitido em uma época que ainda tanto limitava as mulheres. Foi por essa luta que posso, hoje, concluir uma grande etapa da minha graduação. Além disso, agradeço pelo carinho e amor e fico incrivelmente feliz quando lembro que faço jornalismo e isso é motivo de orgulho na senhora.

Agradeço à minha tia Suely, por ser uma presença tão constante na minha vida e por, através da sua firmeza carinhosa, me ensinar tanto sobre a vida e por sempre me fazer sentir acolhida. E agradeço também à minha tia Andrea, por me apresentar ao jornalismo, quando me levava, ainda criança, para as longas madrugadas de plantão no Jornal Imparcial e por ser uma inspiração profissional e pessoal na minha vida.

Às minhas tias Sandra e Raimunda, por serem referências de amor e carinho para mim, de um jeito típico da nossa família, que é representada aqui neste trabalho por vocês.

À minha prima Giovanna, minha primeira amiga, com quem dividi os sonhos de infância e hoje posso dividir as realizações da vida adulta.

Às minhas amigas Myrna e Lara. Com elas apresentei trabalhos com cartolina, aprendi - mais ou menos - física e química e dividi as primeiras preocupações do crescimento e as alegrias de planejar um futuro cheio de possibilidades. Mais de uma década depois, mesmo com as distâncias que os caminhos distintos nos impõem, permanecemos unidas e assim será por todas as outras décadas que virão. A nossa amizade é uma parte intrínseca de quem eu sou.

À minha amiga Mariana, com quem divido muito dos meus dias, obrigada por todas as conversas e silêncios, por toda companhia e acolhimento tão presentes na nossa relação. A nossa amizade, que hoje é muito mais uma relação de irmãs, é uma parte muito especial da minha vida. Obrigada por ser, também, família.

Ao meu amigo Adonias, que é tão presente em todas as fases da minha vida, agradeço por nossa relação tão única que contribui para que eu seja mais alegre e feliz. Às minhas amigas Cecília, Letícia e Luana, por serem presenças alegres, constantes, amorosas e acolhedoras na minha vida.

Ao meu amigo Felipe, que sempre achou a coisa mais legal do mundo o fato de eu ter escolhido o jornalismo. Isso pra mim é um lembrete da importância e riqueza da profissão que escolhi.

Agradeço à minha orientadora, Prof.^a Dr.^a Maria Gislene Carvalho Fonseca, por ter sido tão presente e me ensinado tanto em tão pouco tempo de construção deste trabalho.

Agradeço também à Universidade Federal do Maranhão, por todas as experiências proporcionadas.

Por fim, dedico este trabalho à todas as mulheres brasileiras vítimas de violência e espero, de alguma forma, fazer parte da transformação dessa realidade.

RESUMO

Este trabalho tem como objetivo analisar as narrativas e estratégias discursivas utilizadas pelo Nexo Jornal e pela associação jornalística Gênero e Número no enfrentamento à desinformação sobre a violência vicária. A partir da perspectiva do jornalismo de resistência, busca-se compreender como veículos alternativos contribuem para qualificar o debate público acerca da violência de gênero, especialmente em contextos marcados pelo uso da desinformação para silenciar e deslegitimar as vozes das mulheres. A metodologia adotada fundamenta-se na análise narrativa, com base na tríplice mimese proposta por Paul Ricoeur, observando de que maneira as reportagens selecionadas constroem sentidos sobre o fenômeno da violência vicária, bem como sobre vítimas e agressores. O referencial teórico apoia-se em autores que discutem gênero, desinformação e jornalismo, com destaque para Fabiana Moraes, Rita Laura Segato, Nancy Fraser, Grada Kilomba, Patricia Hill Collins e Carlos Alberto de Carvalho. Os resultados indicam que os veículos analisados contribuem para uma linguagem mais justa e humanizada em relação às vítimas e atuam no enfrentamento das narrativas de desinformação, ainda que enfrentem limitações em termos de alcance e permanência no debate público. O estudo contribui para aprofundar a compreensão sobre as práticas narrativas do jornalismo de resistência diante dos desafios impostos pela desinformação no contexto da violência de gênero.

Palavras-chave: Desinformação. Violência vicária. Análise narrativa. Gênero e Número. Nexo Jornal.

ABSTRACT

This study aims to analyze the narratives and discursive strategies employed by Nexo Jornal and the magazine *Gênero e Número* in addressing disinformation about vicarious violence. From the perspective of resistance journalism, the research seeks to understand how alternative media outlets contribute to qualifying the public debate on gender-based violence, especially in contexts marked by the use of disinformation to silence and delegitimize women's voices. The methodological approach is based on narrative analysis, following Paul Ricoeur's concept of the triple mimesis, observing how the selected reports construct meanings about the phenomenon of vicarious violence, as well as about victims and perpetrators. The theoretical framework draws on authors who discuss gender, disinformation and journalism, with particular reference to Fabiana Moraes, Rita Laura Segato, Nancy Fraser, Grada Kilomba, Patricia Hill Collins e Carlos Alberto de Carvalho. The results indicate that the analyzed media outlets contribute to a fairer and more humanized language regarding victims and act in confronting disinformation narratives, although they still face limitations in terms of reach and continuity in the public debate. This study contributes to deepening the understanding of the narrative practices of resistance journalism in the face of the challenges posed by disinformation in the context of gender-based violence.

Keywords: Disinformation. Vicarious violence. Narrative analysis. *Gênero e Número*. Nexo Jornal. Gender-based violence.

INTRODUÇÃO

A disputa de significados nos espaços públicos é diretamente impactada pelas práticas de comunicação, que, por não serem neutras, realizam enquadramentos, apagamentos e legitimações de algumas das experiências sociais, que, segundo Nancy Fraser (2006), moldam os termos das representações de determinados grupos. No Brasil, a ascensão do conservadorismo sustentado pelos princípios de valores morais hierárquicos e autoritários têm alimentado a desinformação e tentativas de deslegitimar preocupações com a equidade de gênero. Jessé Souza (2018) destaca que esse conservadorismo é uma ferramenta da elite para moldar discursos moralistas e perpetuar estruturas históricas de dominação.

Dessa forma, este trabalho tem como objetivo compreender como a desinformação age a favor da manutenção de uma estrutura patriarcal e buscar, através das análises de reportagens da associação Jornalística Gênero e Número (GN) e Nexo Jornal (Nexo), perceber que a linguagem narrativa e a produção editorial podem causar um impacto positivo na desconstrução de pensamentos estereotipados e hegemônicos sobre a violência vicária, ainda que diante de limitações.

Vaccaro, Laguna e Gutierrez (2023) definem este tipo de violência como uma forma de um homem - geralmente violento - perpetuar as agressões por meio de disputas judiciais e psicológicas relacionadas aos filhos, utilizando-os como instrumentos para a manutenção do seu poder.

O homem violento sabe que a parte mais vulnerável dessa mulher são suas filhas e seus filhos, aqueles pelos quais ela suportou durante anos o poder e o controle que ele exerceu sobre ela. Uma posição direcionada a preservar e evitar o sofrimento de seus filhos e filhas e, além disso, a manter um projeto de família que, com um indivíduo violento, se torna ilusório e inalcançável (Vaccaro et al., 2023, p. 22).

Para compreender os mecanismos que organizam esse processo, não se pode deixar de considerar a crítica de Jessé Souza ao conceito de "culturalismo conservador", definido como um movimento que opera como uma "ideia-força" (2015, p. 31), ou seja, um discurso socialmente imposto que esconde as reais relações de dominação sob um pretexto moral, cultural ou tecnológico. Nas relações de classe, por exemplo, existe a crença de que as classes populares são um embaraço, pessoas sem educação e imorais que precisam ser corrigidas. No contexto de gênero, esse culturalismo conservador se manifesta fortalecendo a ideia de que a fratura da "família tradicional" seria responsabilidade feminina, e uma consequência de más escolhas individuais. Deste modo, isenta de responsabilidade as relações de poder patriarcais

que sustentam a violência contra as mulheres - e, conseqüentemente, contra seus filhos, uma vez que segundo Vaccaro et al (2023, p. 14), “a violência vicária quando é exercida sobre as filhas e os filhos é sempre, além disso, violência contra crianças”.

Como Segato (2016) explica, a violência contra as mulheres não é apenas violência física, mas também se refere a tecnologias de poder que regulam e disciplinam os corpos das mulheres através das instituições públicas e também familiares. A violência vicária é um local estratégico onde a lógica do silenciamento feminino e da culpa materna é perpetuada, promovendo assim uma hierarquia de gênero - alimentada pela desinformação. A mesma omissão institucional em torno da violência reforça a perpetuação da violência patriarcal como controle, violência que, sob a justificativa de guardar a "família", é politicamente explorada para limitar direitos e a regulação de condutas. Ou seja, as mulheres são vítimas de diversos tipos de violência e estão inseridas num ciclo de agressões presentes em diversas camadas da vida.

Sob o olhar de Judith Butler (2018), existe uma performatividade social na qual alguns corpos e vidas são considerados dignos de cuidado e justiça, enquanto outros permanecem às margens da atenção da sociedade e das instituições. Isso torna a violência vicária um espaço de indeterminação: ela entra na vida das mulheres envolvidas em conflitos legais - ou não - sobre os filhos, mas é frequentemente desautorizada por narrativas que dão prioridade ao lado paterno e desqualificam o testemunho das mulheres, que, em sua maioria, seguem presas no ciclo de violência física, psicológica e institucional.

“O sujeito” é uma questão crucial para a política, e particularmente para a política feminista, pois os sujeitos jurídicos são invariavelmente produzidos por via de práticas de exclusão que não “aparecem”, uma vez estabelecida a estrutura jurídica da política. Em outras palavras, a construção política do sujeito procede vinculada a certos objetivos de legitimação e de exclusão, e essas operações políticas são efetivamente ocultas e naturalizadas por uma análise política que toma as estruturas jurídicas como seu fundamento (Butler, 2018, p. 16).

Essa desautorização está embutida em um regime de discurso, que atribui atos de fala a quem tem o direito de falar e ser confiável (e quem concomitantemente é mantido em silêncio) dentro de uma contexto ainda colonial, como demonstra Grada Kilomba (2019) ao discutir a credibilidade dos saberes construídos por grupos dissidentes - em especial, por mulheres negras. No jornalismo, também, tais confrontos são traduzidos em histórias que alternam entre condenação e estigmatização. A justiça não é apenas uma questão de

distribuição material, mas também da alocação justa de papéis e vozes na arena pública, como argumenta Fraser (2006).

Quando alguns sujeitos têm suas experiências silenciadas ou mal representadas pela mídia em diferentes graus, há um déficit de representação que perpetua a injustiça. No caso da violência vicária, a desinformação funciona não apenas por meio do processo de omissão, mas também por enquadramentos tendenciosos, ou pela repetição de dissensos como a "alienação parental" ou a "mãe manipuladora" (mitos que têm se mostrado um alvo fácil para um imaginário cultural conservador que atravessam a produção midiática). Como afirma Fabiana Moraes:

Eu sabia das escolhas diárias, dos enquadramentos, das violências presentes no material diariamente noticiado dentro de uma embalagem de isenção e distanciamento. Sabia como nos relacionávamos com os ambientes de poder, sabia como reproduzíamos estereótipos. Sabia, finalmente, que as pautas, enquanto armas, apontavam muitas vezes para nossa própria cara (2022, p. 10).

Segundo Jessé Souza, a realidade da desigualdade brasileira é mantida não apenas por suas estruturas econômicas, mas também a partir de uma lógica que naturaliza as hierarquias acionadas por discursos chamados de "mérito", de "decência" e de "tradição" (Souza, 2015). A mídia, então, funciona como um operador dessa lógica: através da seleção de fontes, da encenação de fatos e da ordenação de narrativas, ela contribui para a reprodução de estruturas que hierarquizam quem merece reconhecimento e quem merece ser desacreditado. E assim, a forma discursiva específica da análise jornalística da violência vicária precisa ser compreendida dentro dessas profundas disputas sobre diferentes regimes de verdade.

Deste modo, para a condução deste estudo, ancorando-nos em uma análise narrativa, que se baseia na teoria da tríplice mimese de Paul Ricoeur (1994), permitindo considerar o trabalho jornalístico como prática de mediação entre o que é vivido e o que é representado. A narrativa jornalística não está reduzida à transmissão de fatos, mas também organiza tempo, personagens e conflitos para entregar um significado compartilhável. Essa construção, no entanto, é atravessada por valores e conflitos sociais.

Para observar as camadas de violência que se articulam contra as mulheres, buscamos compreender a desinformação enquanto uma ferramenta de perpetuação das múltiplas formas de violência sofridas por elas. Ao serem privadas de informações

qualificadas ou terem seus contextos distorcidos, as mulheres muitas vezes deixam de reconhecer e entender as agressões que enfrentam, dificultando a identificação e combate de tais agressões. Nesse sentido, a desinformação não apenas contribui para a invisibilização das violências, mas também se configura como uma forma de violência, alimentando e agravando outras formas de opressão. Trata-se, portanto, de um ciclo no qual a desinformação fortalece a continuidade da violência, criando barreiras adicionais para o acesso a direitos, proteção e justiça.

Analisamos reportagens sobre violência vicária publicadas de 2021 a 2023 no Nexo Jornal que se define como uma “iniciativa independente, financiada majoritariamente com recursos próprios” (Nexo, 2015); e a revista Gênero e Número (GN), que é uma “associação de mídia independente que produz, analisa e dissemina dados especializados em gênero, raça e sexualidade para apoiar a garantia dos direitos de mulheres, populações negra, indígena e LGBTQIA+” (Gênero e Número, 2022). Essa seleção é feita com base na cobertura que nos oferece oportunidades para análises de esforços para romper com discursos conservadores e com a desinformação. O trabalho parte da premissa fundamental de que mesmo esses veículos, por mais comprometidos com a justiça de gênero, também estão necessariamente embutidos em formações complexas e, por vezes, contraditórias. O que queremos obter disso, então, é uma compreensão de como as estratégias narrativas são tomadas como estratégias em nome da visibilidade e da politização da violência vicária — e se estas atendem, ou simplesmente replicam, uma lógica conservadora de produção informacional.

Sob esse aspecto, observamos a proposição do jornalismo como uma forma de resistência, discutida por Moraes (2022), que sugere imaginar o jornalismo como uma prática tanto subjetiva quanto objetiva, sem que essa objetividade seja utilizada como reforço para apagamentos históricos.

Dito isso, coloco que, aqui, realizo uma crítica não a uma objetividade necessária em procedimentos básicos para a feitura da notícia: essa continua a ser um valor cognitivo fundamental para o jornalismo. Minha proposta é pensar a objetividade assentada em uma racionalidade que se coloca como universalista, construída sobre ideais humanistas racializados, generificados, sobre uma racionalidade que construiu um “normal” e um “Outro”. Uma filosofia criticada há muito pela academia dentro e fora do Brasil, perspectiva que, quando assumida pelo jornalismo, torna irreconhecível a densidade da vida (Moraes, 2022, p. 448).

A resistência a isso não está apenas no assunto em questão, mas na maneira de narrar, na seleção de vozes oficiais e na recusa em simplificar excessivamente conflitos

marcados por subjetividades. Ainda que não seja vista dessa forma, a subjetividade, segundo Moraes (2022), é muito importante para um fazer jornalístico plural e compromissado com a justiça social. Esse entendimento será um fio de tensão ao longo da análise, que busca compreender como as reportagens podem causar um impacto positivo no reconhecimento da violência vicária, ainda pouco explorada.

Finalmente, a estrutura da monografia, que consiste em três capítulos principais, é delineada da seguinte forma: o primeiro capítulo fala dos aspectos teóricos que definem a desinformação e o reconhecimento no jornalismo; o segundo apresenta os conceitos de ética e enquadramento voltados à violência vicária e as batalhas discursivas sobre sua nomeação pública, particularmente no contexto da crescente guinada conservadora. O terceiro refere-se à análise da narrativa das reportagens, usando a teoria da tríplice mimese de Ricoeur (1994), sob a ótica de Carlos Alberto de Carvalho (2012).

O objetivo é fornecer uma leitura sobre o papel do jornalismo na representação da violência vicária, levando em consideração os limites e possibilidades de sua operação à luz da desinformação. Este trabalho propõe analisar não apenas o conteúdo dessas reportagens, mas os significados mais amplos que elas são capazes de combater. Como propõe Segato (2018), a construção de uma narrativa sobre violência pode perpetuar e naturalizar pensamentos coloniais, que seguem por limitar e estereotipar a representação das vítimas,

Assim, ao fazer o diálogo com pensadores feministas e decoloniais, discutimos como a estrutura de dominação simbólica funciona na linguagem jornalística, e as promessas que existem para a reconfiguração desses significados a partir de uma produção jornalística que leva em consideração a complexidade das experiências das mulheres e mães na sociedade. É uma análise teórica, metodológica e política para pensar o jornalismo como um campo de conflitos e a linguagem como um instrumento sobre o qual se pode escolher quem pode ser ouvido, quem pode ser defendido e quem permanece em silêncio.

1 GÊNERO E DESINFORMAÇÃO: A VIOLÊNCIA VICÁRIA EM PAUTA

Atualmente, a desinformação constitui uma das principais ferramentas de disputa, afetando diretamente os termos do debate público e o reconhecimento de direitos. Longe de se limitar à mera circulação de informações falsas, ela atua como uma tecnologia de poder que refigura narrativas e contribui para a manutenção de estruturas históricas de dominação (Wardle; Derakhshan, 2017). A partir da manipulação intencional da linguagem e do silenciamento de determinados grupos, a desinformação reforça sistemas patriarcais, racistas e coloniais, criando ambientes hostis à pluralidade. Como observa Moraes (2022), essa dinâmica não se restringe a distorções pontuais, mas revela o comprometimento com a reprodução de privilégios.

Este capítulo propõe uma análise sobre como a desinformação opera especificamente nas questões de gênero, com foco na violência vicária como categoria emergente. Considerando que o gênero, como adverte Joan Scott (1995), é uma categoria útil de análise histórica justamente por estar implicada na produção e organização das relações de poder, compreende-se que a desinformação não é um fenômeno isolado, mas parte de uma lógica sistêmica que produz silenciamentos e legitima desigualdades. A desinformação e práticas de silenciamento estão entrelaçadas, sendo imprescindível analisá-las a partir de categorias como gênero, raça e classe.

1.1 Desinformação, fake news e seus efeitos sobre o debate público

A desinformação é um conceito central para entender os desafios presentes no debate público, na democracia e na construção de saber. Como argumenta Claire Wardle e Hossein Derakhshan (2017), esse fenômeno está intrinsecamente ligado às estruturas de poder que comandam a produção e distribuição das informações, com o objetivo de moldar a opinião pública sobre determinados temas. Em uma era de intenso fluxo informacional, a manipulação de fatos não ocorre apenas através de material que é visto como falso, mas pela supressão de fatos em favor de narrativas que apelam mais ao emocional das pessoas.

Do ponto de vista do jornalismo: a desinformação é considerada um aparato intencional que gera e distribui informações falsas ou enganosas onde tal desinformação visa exagerar a confusão, manipular a opinião pública, obter benefícios políticos, econômicos ou

simbólicos. As falsidades são deliberadamente construídas para moldar crenças e decisões tanto dentro quanto fora do ambiente digital em favor de uma agenda que favorece certos grupos.

Enquanto agentes produzem desinformação com públicos específicos em mente, o alvo da mensagem pode ser outro. A desinformação frequentemente destaca deliberadamente diferenças e divisões — sejam elas entre apoiadores de diferentes partidos políticos, nacionalidades, raças, etnias, grupos religiosos, classes socioeconômicas ou castas. Como argumenta Greenhill, esse tipo de mensagem permite que ideias discriminatórias e inflamadas entrem no discurso público e sejam tratadas como fatos. Uma vez enraizadas, tais ideias podem ser usadas para criar bodes expiatórios, normalizar preconceitos, reforçar mentalidades de “nós contra eles” e, em casos extremos, até catalisar e justificar a violência. (Wardle e Derakhshan apud Greenhill, 2017, p. 41)

O termo fake news, que se tornou popular após a eleição de Donald Trump como presidente dos Estados Unidos, é mais conceitualmente ambíguo. É frequentemente mobilizado para atacar reportagens de jornalistas, investigações científicas ou conteúdo dissidente, e seu efeito depende em grande parte de como é manipulado (Wardle; Derakhshan, 2017). Esta abordagem particular evita a generalização do termo fake news como um todo, permitindo uma análise mais rigorosa e detalhada de como a informação é distorcida.

A personalização de notícias (ou seleção algorítmica que promove maior envolvimento emocional) promove a criação e o reforço dos chamados "câmaras de eco" e "mundos bolha", nos quais os membros veem principalmente ideias com as quais já concordam (Pariser, 2011). Pensamento que está alinhado à pesquisa de Wardle e Derakhshan (2017), quando destacam que os agentes de desinformação utilizam as emoções humanas para disseminar conteúdo desinformativo. Isso limita a exposição a pontos de vista divergentes e sufoca o discurso público pluralista, criando as condições perfeitas para a disseminação de histórias desinformativas que afirmam ser as únicas possibilidades verdadeiras em detrimento de outras.

Este confronto sobre o controle da linguagem está diretamente ligado à dominação como poder simbólico. Segato (2016) menciona que os discursos hegemônicos são formulados com base no patriarcado e colonialismo da lógica de submissão e imposição. A violência não é apenas física, mas define quem é capaz de falar; o que é permitido ser falado; e o que será considerado verdade. Nesse contexto, a desinformação trabalha como uma tecnologia de poder que rearranja significados, obscurece verdades e estreita as possibilidades de pluralidade discursiva.

Moraes (2022) propõe uma reflexão sobre a noção da suposta neutralidade dos discursos científicos e jornalísticos. A autora destaca que a busca por estes aspectos na produção editorial pode, por muitas vezes, mascarar agendas de classes dominantes, que tem um propósito contrário à justiça social. A desinformação, nesse sentido, é utilizada como uma ferramenta no processo de manutenção da dominação.

As implicações de tais fenômenos para o campo do jornalismo são diversas. O jornalismo, como instituição tradicionalmente voltada à mediação crítica da realidade e à produção de narrativas baseadas na checagem e na apuração, vê-se desafiado por uma cultura informacional que dilui os padrões de verificação. Em vez disso, prevalecem as narrativas dominantes baseadas na experiência pessoal, no testemunho emocional e no pertencimento a grupos identitários. (Wardle e Derakshan, 2017). Nesse cenário, a verificação de fatos torna-se mais relevante e, no entanto, pouco buscada por parte do público, especialmente quando suas análises confrontam crenças profundamente enraizadas

A desinformação, dessa forma, não funciona apenas como ruído na comunicação, mas como uma estratégia ativa de disputa de significados, cujos efeitos não se restringem ao nível informacional, influenciando diretamente a constituição dos sujeitos, identidades e subjetividades. É um “ecossistema informacional complexo” (Wardle e Derakhshan, 2017) onde múltiplas fontes disputam atenção, destaque e, em particular, a verdade, e onde as falsidades geralmente viajam mais rápido e mais longe do que as informações das quais são negações. Nesse ambiente, está em jogo não apenas o conteúdo da mensagem, mas o poder, de forma mais geral, de moldar o que pode ser percebido como verdade. Essa controvérsia está diretamente relacionada à manipulação da linguagem como ferramenta de dominação simbólica.

Como observa Segato (2016), uma lógica patriarcal e colonial mantém discursos hegemônicos, criando silêncios e impondo significados. Nesse sentido, a desinformação opera como uma tecnologia de poder que reorganiza as narrativas, oculta as realidades e exclui, exceto por formas dissidentes de conhecimento, quem pode falar e quais experiências são consideradas válidas no espaço público. Nesse sentido, a disseminação de informações falsas é menos um problema em si do que parte de uma dinâmica maior de violência discursiva que condiciona pensamentos, mina direitos e reafirma ainda mais as desigualdades do passado.

1.2 Violência vicária como uma forma de violência de gênero

Ao tratar de questões de gênero, a desinformação têm sido instrumentalizada para questionar e inviabilizar políticas públicas, deslegitimar movimentos sociais e produzir dúvidas e distorções sobre formas específicas de violência contra mulheres, como a violência vicária. Esse tipo de violência, ainda pouco debatido e compreendido na esfera social, é alvo de campanhas de desinformação que representam os agressores como pais injustiçados ou vítimas do sistema judicial, invisibilizando a natureza estrutural da violência contra a mulher e dificultando seu reconhecimento como política pública e como violação de direitos humanos.

A violência vicária é um termo construído pela psicóloga forense Sonia Vaccaro definido como um aparato utilizado por agressores para atingir a mulher por meio da dos filhos, com o objetivo de puni-la e causar sofrimento após o fim da relação (Vaccaro et al, 2023). Essa forma de violência destaca como o patriarcado age de forma sistemática, através dos filhos, mobilizando sistemas legais e sociais na manutenção do controle sobre as vozes femininas. Para Segato (2016), a violência patriarcal não se limita ao espaço doméstico: ela é constitutiva das relações e perpassa instituições como a família, a mídia, o Estado e o sistema judicial. Um exemplo está na reportagem do Nexo Jornal, “Como a lei de alienação parental pode ser usada contra as mulheres”, publicada em 2023, que destaca que o uso de filhos como forma de reproduzir a violência contra as mães é uma técnica frequente de agressores, em geral com amparo institucional.

A violência vicária atua também sobre um território historicamente colonizado: a maternidade. Nas sociedades ocidentais, e em especial nas formações coloniais como a brasileira, o direito à maternidade plena nunca foi igualmente reconhecido entre todas as mulheres. Como analisa Collins (2019), a ideologia racista e sexista tradicional sustenta que as mulheres negras não são boas mães. Isso legitima as tentativas institucionais de usurpar o controle que essas mulheres têm sobre sua capacidade de reprodução e sobre os filhos que produzem.

Lélia Gonzalez (2020) denuncia que o gênero e o racismo subordinam as mulheres negras, mesmo em sua maternidade, e considera esse processo como uma forma do Estado e da sociedade manterem essas mulheres sob suspeita permanente; questionando sua capacidade

de criar uma criança, seja ela negra ou branca. O olhar vigilante e desautorizador das instituições inscreve a maternidade negra em uma condição de vigilância perpétua; maternar e amar sempre regulados em relação às normas de raça e classe.

Na perspectiva de bell hooks (2001), a maternidade de mulheres negras não pode ser limitada a um espaço privado ou somente afetivo, mas deve ser entendida como uma resistência à desumanização imposta pelo racismo estrutural que permeia a sociedade. Quando mães negras se recusam a naturalizar a precariedade, quando insistem em educar seus filhos com dignidade mesmo em contextos hostis, estão confrontando diretamente os sistemas que buscam controlar seus corpos, suas narrativas e suas famílias. Essa dimensão insurgente da maternidade também desestabiliza. As maternidades negras, ao destacar diferentes maneiras de amar, cuidar e educar, recuperam conhecimentos ancestrais e enriquecem o repertório ético e político das diversas formas de viver no mundo, desafiando a hegemonia das mães, predominantemente brancas e de classe média, que predominam na representação midiática.

Maria Lugones (2008), ao pensar a colonialidade de gênero, destaca não somente uma hierarquia que é imposta entre homens e mulheres, mas a racialização dos próprios papéis de gênero, tornando a maternidade branca o modelo legítimo, enquanto as maternidades racializadas foram historicamente invalidadas. Ela aprofunda essa crítica ao demonstrar um sistema colonial em que raça, classe e gênero se entrelaçam na construção de um sujeito subalternizado. A linguagem, portanto, não reflete apenas essas opressões, mas é um de seus principais instrumentos de reprodução. Assim, discursos midiáticos, políticos e institucionais tornam-se palco de uma constante amplificação da desigualdade, em que as mulheres, sobretudo as negras, indígenas e periféricas, têm sua existência desautorizada e sua palavra, constantemente deslegitimada.

Dessa forma, a violência vicária é incorporada como um acréscimo a um projeto que reafirma sistemas patriarcais em consonância com ideias modernas: ela pune a mulher (por sua autonomia, por suas demandas, por sua existência real) através da ameaça aos seus laços emocionais, especialmente quando essa mulher rompe com os papéis coloniais de obediência, silêncio e submissão. É um mecanismo de controle que é imposto ainda mais fortemente contra mulheres negras, que são dessensibilizadas ao conhecimento de que suas conexões emocionais ainda são desprezadas como fracas, ilegítimas ou descartáveis.

A Lei n.º 12.318/2010, que trata da alienação parental, foi instituída para garantir proteção às crianças e adolescentes das manipulações afetivas realizadas por um dos genitores para afastar o outro do convívio familiar. No entanto, a legislação tem mostrado um efeito adverso, sendo utilizada para silenciar as mães que buscam direitos como pensão alimentícia e proteção em casos de violência doméstica e abuso, pressionando-as a não manter denúncias e pedidos de cumprimento da pensão.

Como elucidam Costa Cardeal et al. (2025), a aplicação acrítica da Lei de Alienação Parental pode corroborar com a inversão do lugar de vítima, atribuindo às mulheres a pecha de alienadoras, mesmo diante das evidências de violência, negligência e abuso. Isso implica em uma manipulação jurídica que, além de colocar em risco a integridade das crianças e adolescentes, impede o reconhecimento institucional dos direitos da mulher, caracterizando a violência vicária.

Uma referência desse tipo de situação pode ser percebida na recepção da cena da novela Vale Tudo, exibida em junho de 2025, na qual a personagem Lucimar (Ingrid Gaigher) busca orientação jurídica e decide entrar com um pedido de pensão alimentícia. A cena revelou não apenas o potencial da ficção para evidenciar e esclarecer problemáticas, mas também a carência de acesso à informação jurídica e de estímulo à apropriação desses direitos. Após a veiculação da cena, foi registrado um aumento de 300% nas buscas por pelo aplicativo da Defensoria Pública do Rio de Janeiro, com mais de 4.000 acessos por minuto (G1, 2025).

Esse dado revela como a desinformação opera também por meio do apagamento e da omissão: muitas mulheres desconhecem que têm o direito de acionar judicialmente o pai da criança para garantir o sustento dos filhos, o que está previsto no artigo 1.694 do Código Civil Brasileiro. Além disso, discursos intimidatórios e chantagens emocionais, como os proferidos na própria novela pelo personagem Vasco (Thiago Martins), ex-marido de Lucimar, que continuamente ameaça a personagem em relação à guarda do filho. Esse cenário ficcional, mas que é tão comum na vida de muitas mulheres, reflete uma lógica de intimidação moral ainda amplamente difundida na sociedade, que busca deslegitimar as ações femininas em busca de justiça e sustento.

Essa referência à telenovela, que não é o objeto de estudo deste trabalho, deve-se à repercussão alcançada por uma obra ficcional, tendo efeitos no cotidiano, na realidade de mulheres que tomaram as informações presentes na narrativa como parte de suas experiências.

Como consequência, o aumento da procura pela Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro, verificada pelos dados de acesso ao aplicativo, demonstram o interesse público pela temática, justificando sua presença também como referência aqui.

1.3 Dimensões simbólicas e políticas da desinformação de gênero

Ao observar esse cenário a partir de um recorte de gênero, torna-se reconhecível que esses conteúdos tendem a perpetuar e instigar imaginários sociais marcados por um patriarcado heteronormativo e racista, característico de uma modernidade colonial que institucionalizou formas específicas de dominação sobre corpos femininos e racializados. A construção social das desigualdades de gênero, sexualidade e raça no Ocidente está profundamente ancorada em um patriarcado que não é apenas anterior ao colonialismo, mas que foi profundamente transformado por ele. Como observa Segato (2016,) o patriarcado que ainda se apresenta atualmente é derivado dos pensamentos e práticas coloniais.

A produção e disseminação das chamadas “fake news” e as narrativas distorcidas sobre questões de gênero, raça e sexualidade não são apenas produtos da ignorância, mas estão arraigados em sistemas históricos de opressão. Segundo Joan Scott (1995), o gênero deve ser compreendido como uma categoria útil de análise histórica precisamente porque está implicado na produção e organização das relações de poder. Dessa forma, o fenômeno da desinformação tem sido mobilizado para atacar políticas públicas, deslegitimar movimentos sociais e, mais recentemente, para produzir dúvidas e distorções sobre formas específicas de violência contra mulheres, como a violência vicária.

De volta à cobertura do jornalismo do Nexo Jornal na reportagem “Como a lei de alienação parental pode ser usada contra mulheres” (Nexo Jornal, 2023), é evidenciado como a legislação tem servido de suporte para que os agressores deslegitimam a fala das mães e obtenham guarda ou convivência com os filhos, mesmo em contexto de risco e com histórico de violência. Um exemplo concreto dessa dinâmica é retratado na reportagem “Uma criança nos braços de um réu”, da revista Piauí (Piauí, 2024). Esse material narra o caso de uma mãe cearense que perdeu a guarda do filho para o pai, acusado de agressão, ameaças e abuso sexual contra a criança. O juiz do caso baseou sua decisão em suposta alienação parental por parte da mãe, desconsiderando o cenário de abuso e o temor do filho em conviver com o pai.

A situação demonstra como a legislação pode ser interpretada de forma desvirtuada, invertendo os papéis de vítima e agressor.

Tais narrativas, ao promoverem culpa e vergonha em torno do exercício de um direito legal, contribuem para a perpetuação da violência vicária, entendida como uma forma indireta de agressão, em que filhos são instrumentalizados - inclusive em situações extremas de violência, abuso e maltrato infantil - para atingir e punir mães (Vaccaro, 2023). O silenciamento e a distorção dessas demandas no discurso social reforçam a injustiça por representação, conceito definido por Fraser (2006,) como o impedimento de certos grupos de participar como pares na vida social devido a padrões institucionais de interpretação e comunicação.

As narrativas falsas e distorcidas frequentemente se articulam à manutenção de estruturas patriarcais e à reprodução de estereótipos de gênero, como será aprofundado nas próximas seções. Conforme Segato (2013), a dominação masculina não se apresenta apenas na força física ou na exclusão institucional, mas também na construção de narrativas que perpetuam desigualdades. Para compreender plenamente o impacto da desinformação na esfera de gênero, é fundamental reconhecer que as lutas por verdade e representação são também lutas por reconhecimento, visibilidade e poder. a heterossexualidade nao dita o patriarcado

O cenário contemporâneo de avanço de um conservadorismo moral deve ser compreendido não como um retorno cíclico qualquer, mas como parte de uma conjuntura em que a desinformação se torna instrumento central na desestabilização dos consensos democráticos e na erosão da verdade factual. Como adverte Judith Butler (1997), o discurso tem um poder performativo que cria realidades sociais e políticas - inclusive violências Nesse contexto, informações falsas são mobilizadas para atacar direitos sexuais e reprodutivos, políticas de gênero e movimentos feministas, transformando pautas progressistas em objetos de deslegitimação pública. A mentira, nesse caso, não é neutra: opera dentro de uma gramática de poder que seleciona alvos e reforça desigualdades com base em um projeto político e ideológico reacionário.

Ao analisarmos esse panorama, é possível perceber como a desinformação não é apenas um fenômeno de ordem comunicacional, mas também uma crise de autoridade. Em outras palavras, trata-se de um enfraquecimento dos critérios socialmente reconhecidos para definir o que é conhecimento legítimo e quem pode falar com autoridade no espaço público.

Como observam Wardle e Derakshan (2017), vivemos um ecossistema informacional em que a lógica do afeto, da viralização e da performance substitui muitas vezes o compromisso com a veracidade. Mulheres, pessoas pretas, indígenas, trans e outros grupos historicamente marginalizados e vulnerabilizados enfrentam não apenas exclusão material, mas também um silenciamento cognitivo, sendo privados do direito de narrar sua própria realidade com legitimidade pública. Essa exclusão é central para compreender por que a desinformação é tão eficaz quando dirigida contra essas populações: porque há, socialmente, uma predisposição para duvidar de seus discursos.

No contexto da desinformação e do debate público, essa lógica se intensifica: quando mulheres denunciam violências ou disputam narrativas hegemônicas, são frequentemente tratadas como fontes não confiáveis ou emotivas demais para serem levadas a sério. Grada Kilomba (2019) evidencia que essa deslegitimação é uma forma de violência, que impede que grupos subalternizados possam nomear a própria realidade. Assim, a desinformação de gênero e raça atua não apenas na distorção dos fatos, mas também na negação da experiência vivida como forma legítima de conhecimento, reforçando o silenciamento histórico dessas vozes no espaço público.

Qualquer forma de saber que não se enquadre na ordem eurocêntrica de conhecimento tem sido continuamente rejeitada, sob o argumento de não constituir ciência credível. A ciência não é, nesse sentido, um simples estudo apolítico da verdade, mas a reprodução de relações raciais de poder que ditam o que deve ser considerado verdadeiro e em quem acreditar. (Kilomba, 2019, p. 53-54)

Collins (2019) aponta que um feminismo hegemônico — branco, burguês e eurocêntrico — reproduz as mesmas lógicas de exclusão coloniais que diz combater. Por isso, para Curiel, é preciso romper com a universalização da categoria "mulher", reconhecendo que os corpos racializados, como o das mulheres negras e indígenas, são sistematicamente excluídos dos espaços de fala e poder. Assim, a presença dessas mulheres no debate público é marcada menos por ausência real e mais por uma presença negada, resultado direto de um sistema que as desautoriza como produtoras de conhecimento e agentes políticos legítimos.

A invisibilização das mulheres no debate público é uma prática estrutural que se intensifica quando interseccionada por marcadores como raça e classe. Como destaca Kilomba (2019), a mulher negra ocupa uma posição de "sujeito silenciado", não apenas pelo patriarcado, mas por um racismo estrutural que a marginaliza mesmo dentro dos próprios

movimentos sociais e feministas. Sua voz é frequentemente aceita apenas quando mediada, traduzida ou autorizada por sujeitos brancos.

Além de impedir que determinadas vozes sejam ouvidas, a desinformação também opera pela imposição de narrativas que reforçam estigmas e culpabilizam as vítimas. Segundo Segato (2013), há uma disputa simbólica em torno da produção do sentido sobre os corpos femininos: o patriarcado não apenas silencia, mas também fala por elas, reinterpretando suas dores à luz de uma lógica que preserva a autoridade masculina. Nesse cenário, a mídia cumpre um papel ambíguo — ora visibiliza, ora distorce — reproduzindo discursos que colocam em dúvida a veracidade das denúncias ou justificam violências com base em estereótipos de gênero e raça.

Essa performatividade discursiva é atravessada por sistemas mais amplos de poder. Como analisa Segato (2013), o patriarcado moderno-colonial se atualiza através de tecnologias de dominação que silenciam e disciplinam corpos racializados e femininos. A linguagem não opera de forma neutra nas relações sociais: ela é um campo de disputa, capaz de produzir sujeitos e normatizar comportamentos. Quando Judith Butler (2021) afirma que o discurso é performativo, ela aponta para sua capacidade de constituir realidades, de fazer existir ou de apagar identidades por meio da repetição de normas. Essa performatividade discursiva, no entanto, não está isolada — ela é atravessada por sistemas históricos de poder que moldam quem pode falar, ser ouvido e ser reconhecido.

Segato (2013) contribui para essa discussão ao afirmar que o patriarcado moderno-colonial funciona como uma tecnologia de dominação que disciplina corpos e subjetividades. Não se trata de uma opressão individual ou culturalmente localizada, mas de uma estrutura política que transforma os corpos femininos em territórios de controle. A linguagem, nesse contexto, não apenas comunica, mas opera como ferramenta de submissão ou de resistência, dependendo de quem fala e de como é escutado.

Esse processo de dominação se intensifica quando analisado sob a lente da colonialidade, pois articula gênero, raça, classe e discurso em um sistema interdependente de hierarquias. O “patriarcado de corte colonial”, como define Segato (2021), atualiza-se constantemente através da institucionalização da violência simbólica e da legitimação seletiva da palavra. Isso se manifesta de forma explícita nas estruturas midiáticas, que historicamente relegaram as mulheres negras, indígenas e periféricas ao silêncio ou à representação estereotipada. No campo jornalístico, essas tecnologias de dominação se materializam tanto

na ausência de determinados sujeitos das narrativas quanto na forma como suas vozes são enquadradas — muitas vezes com desconfiança, exotização ou marginalização (Moraes, 2022). A desinformação, nesse contexto, não é apenas a negação de fatos, mas a reprodução de um sistema que invalida a experiência de quem vive a opressão. A performatividade do discurso, então, não atua apenas no nível do conteúdo, mas também nas estruturas de validação da linguagem, decidindo o que é considerado legítimo no debate público e o que é descartado como excesso, vitimismo ou ruído.

Entendo que é preciso engajar-se, antes de tudo, em uma prática que reúna boa apuração e enquadramentos que busquem falar para além de estereótipos e desnaturalizar questões entranhadas como nosso classicismo e nosso racismo. Essa é uma perspectiva que não hierarquiza editorias e repórteres, entendendo diferentes áreas — política, esportes, cultura, economia — todas como locais importantes para a prática reflexiva. Não existem temas “apolíticos” e menores: existem formas muitas vezes preguiçosas de olhar o mundo, de inferir que as relações de poder escolhem este ou aquele quadrado para se realizar, e sabemos que não é assim. Novas discursibilidades podem emergir justamente daquilo que foi parcamente iluminado pela imprensa. (Moraes, 2022, p. 187)

Diante desse cenário, torna-se essencial refletir sobre a necessidade de estratégias mais amplas de combate à desinformação que não se limitem à checagem pontual de fatos, mas que considerem as estruturas que sustentam sua circulação no espaço público. Isso implica na mudança de enquadramentos, no enfrentamento das desigualdades, no acesso à informação, e na valorização de saberes subalternos. Iniciativas de letramento digital, por exemplo, têm demonstrado potencial para contribuir com a capacitação cidadã no uso crítico das mídias, promovendo a autonomia interpretativa frente ao excesso de conteúdos circulantes (Buckingham, 2007). No entanto, essas iniciativas precisam ser analisadas em conjunto com a crítica à concentração dos meios de comunicação, à opacidade algorítmica e aos regimes de verdade que sustentam a exclusão epistemológica, o que exige uma abordagem mais ampla para o entendimento das dinâmicas de poder envolvidas na produção e veiculação de informações.

2 PRÁTICAS DISCURSIVAS NO NEXO JORNAL E NA REVISTA GÊNERO E NÚMERO

O objetivo do presente capítulo é apresentar os dois veículos jornalísticos escolhidos para análise neste trabalho: o Nexó Jornal e a associação jornalística Gênero e Número; ambos objetos de atenção por atuarem, de formas diversas, no combate à desinformação sobre questões de gênero e, especificamente, a violência vicária.

O que se propõe aqui não é ainda fazer uma análise detalhada de seus relatórios - isso virá no próximo capítulo - mas situar suas trajetórias, propostas editoriais, formatos narrativos e modos de inserção no sistema de mídia atual. Vendo o jornalismo como uma prática discursiva que pode servir como resistência, a ideia é mostrar como esses veículos constroem uma posição diante do crescente número de narrativas que negam ou distorcem a violência de gênero.

Tanto o Nexó quanto a Gênero e Número adotam posturas que, de certa forma, rompem com os limites da cobertura jornalística tradicional, optando por abordagens mais aprofundadas centradas no contexto e na escuta comprometida e atenta das fontes. Portanto, a descrição dessas experiências jornalísticas aqui constitui uma base para análise subsequente que permite uma compreensão sobre o significado e as estratégias em narrativas ecológicas; sobre a violência vicária.

2.1 Jornalismo, Ética e enquadramento: conceitos

O jornalismo, como mediador do debate público, exerce um papel fundamental na forma como os acontecimentos são percebidos e discutidos socialmente. Longe de ser um transmissor imparcial dos fatos, o jornalismo participa ativamente da construção e do fortalecimento de narrativas que moldam a opinião pública. Ao decidir o que será noticiado e como será narrado, os veículos exercem uma função de enquadramento das matérias. Fabiana Moraes (2022) adverte que este enquadramento, ainda frequentemente, é feito de forma a sub-representar grupos vulnerabilizados, como as mulheres.

Assim, mantiveram-se muitas vezes distantes do exercício de realizar, por si, movimentos capazes de estabelecer uma outra ordem discursiva nessa área de conhecimento, algo urgente em um Brasil no qual expressivas fatias populacionais continuam sendo desconvidadas a surgir de maneira mais íntegra e complexificada.

São submetidas constantemente a enquadramentos gastos, estereotipados, violentos (Moraes, 2022, p. 25-26).

O enquadramento jornalístico não apenas seleciona o que será noticiado e publicado, mas delimita quais experiências merecem atenção e quais são tratadas com distanciamento ou desconfiança. Como afirma Kilomba (2019), há uma hierarquia de escuta que desautoriza a dor de certos corpos. Ao escolher certos vocabulários, imagens e fontes, o jornalismo molda os contornos de uma legitimidade que, muitas vezes, está reservada a sujeitos brancos e masculinos. Desse modo, enquadrar não é apenas uma operação de linguagem, mas uma prática que autoriza ou nega a humanidade de quem é representado.

Mesmo quando se apresenta como técnica, o enquadramento é sempre uma escolha carregada de valores. Fraser (2006) lembra que a injustiça simbólica não se dá apenas pela negação da palavra, mas pela moldura que define quais narrativas ganham centralidade e quais são marginalizadas. No jornalismo, esse processo é naturalizado por meio de convenções profissionais que, muitas vezes, reproduzem a lógica dominante como se fossem neutras. Não basta incluir vozes subalternas se os códigos que organizam essa escuta permanecem coloniais. Assim, o compromisso ético do jornalismo está em reconhecer o enquadramento como território de disputa e responsabilidade — um gesto político que impacta diretamente quem é visto, ouvido e, sobretudo, acreditado. (Fabi Moraes o jornalismo tem cor, raça)

Nelson Traquina (2019) destaca que a notícia não é um espelho da realidade, mas uma construção social que incorpora a cultura profissional, as rotinas produtivas e os valores notícia às escolhas editoriais. Nesse processo, algumas narrativas são destacadas e outras não. Gaye Tuchman (1978), ao estudar as especificidades da produção de notícias, aponta que o jornalismo constrói uma “janela para o mundo”, que é, na verdade, condicionada por filtros institucionais, sociais e políticos. Assim, aquilo que se apresenta como informação objetiva é, muitas vezes, o resultado de disputas simbólicas profundas.

O discurso da neutralidade trabalha como um dispositivo de apagamento das subjetividades narrativas envolvidas na produção da notícia. Ao apresentar um recorte branco, maculino e de classe média como uma realidade geral, o jornalismo reproduz desigualdades e silencia experiências dissidentes. Como afirma Moraes (2022), a isenção é uma construção que esconde escolhas e essas escolhas definem quem será representado e como as narrativas vão se apresentar ao mundo. Na cobertura de temas como violência de gênero, essa lógica se

torna ainda mais sensível, uma vez que pode tanto reforçar estereótipos quanto humanizar os sujeitos envolvidos.

Em todo caso, em qualquer orientação editorial, fosse considerada mais “objetiva” ou não, eu percebia como muitas vezes saíamos da redação já com as roupas prontas para vestir o mundo antes mesmo de entendê-lo. Com a sorte de ser agente do campo e ao mesmo tempo ser observadora do mesmo, pude perceber como, cotidianamente, produzíamos notícias sobre uma realidade com a qual tínhamos efetivamente pouco contato ou informação, levando “tecnicamente” falas “do povo” até o jornal e o portal de maneira industrial, superficial, produzindo a errônea ideia de uma “inclusão”, de democracia (importante dizer que esse cenário também era e é fortemente desenhado por condições de trabalho, com repórteres precisando se dedicar a pautas diversas em um mesmo dia). Diariamente, ouvia que precisávamos apenas trazer os fatos e falar objetivamente do que ocorria lá fora (Moraes, 2022, p. 28).

Os grupos dissidentes - ou qualquer grupo - tem voz e podem contar suas histórias à sua maneira, mas as instituições atribuem outro nível de credibilidade e atenção às suas narrativas. “A história da humanidade é repleta de violências físicas e simbólicas que silenciaram milhões” (Carvalho, 2020, p. 112). Esse pensamento está alinhado à crítica de Kilomba (2019) quando diz que certos grupos, mesmo quando dizem a verdade, não são credibilizados. Assim, a autoridade jornalística, ao se apresentar como neutra, muitas vezes opera como filtro, negando legitimidade à dor, à denúncia e à subjetividade de grupos historicamente oprimidos.

A colonialidade de gênero, conceito de Lugones (2022), oferece uma chave importante às estruturas que definem não apenas quem pode falar, mas o que será considerado legítimo e o que será descartado como opinião, achismo ou exagero.

Colonialidade não se refere apenas à classificação racial. Ela é um fenômeno mais amplo, um dos eixos do sistema de poder e, como tal, atravessa o controle do acesso ao sexo, a autoridade coletiva, o trabalho e a subjetividade/intersubjetividade, e atravessa também a produção de conhecimento a partir do próprio interior dessas reações intersubjetivas (Lugones, 2022, p. 9).

Essa colonialidade também se expressa na linguagem jornalística, cuja forma e vocabulário são atravessados por relações de poder. Lugones (2022) argumenta que o sistema moderno-colonial não apenas impôs uma divisão racial do trabalho e da humanidade, mas também definiu quais modos de existir e de narrar o mundo seriam reconhecidos como válidos. No campo jornalístico, isso se traduz na reprodução de um discurso padronizado,

despolitizado e eurocêntrico, que marginaliza vozes insurgentes. Como observa Ochy Curiel (2007), a comunicação dita objetiva frequentemente reproduz as estruturas de exclusão que diz combater. Incorporar uma ética decolonial ao jornalismo exige, portanto, desconstruir essas normatividades discursivas, abrindo espaço para linguagens plurais, afetivas, populares e situadas, que revelem o mundo a partir de experiências antes invisibilizadas.

A ética enquanto conceito necessário no jornalismo não deve ser entendida apenas como um compromisso com a verdade, mas como responsabilidade sobre os efeitos simbólicos e políticos que os discursos produzem. Segundo Penna (2013), o jornalismo ético é aquele que compreende a dimensão subjetiva da sua prática e assume o lugar que ocupa no reconhecimento dos acontecimentos na sociedade. Esse entendimento está alinhado à crítica de Fraser (2006) sobre a injustiça simbólica, conceituada como a negação de representação e escuta a certos grupos, impedindo sua participação plena no debate público e democrático. Assim, o enquadramento midiático, ao se tornar um ato político, pode colaborar tanto para o silenciamento quanto para o reconhecimento de vozes historicamente marginalizadas.

Ao longo da história moderna, o jornalismo também operou como uma tecnologia de visibilidade seletiva, capaz de produzir tanto reconhecimento quanto apagamento. Segato (2016) afirma que o patriarcado moderno-colonial não é apenas um resquício histórico, mas uma tecnologia de poder em contínua atualização, que atua sobre representações. No campo da mídia, isso se expressa na maneira como certos grupos são constantemente retratados sob o signo da ameaça, da carência ou da vitimização, enquanto outros ocupam o lugar da racionalidade e da legitimidade pública. Assim, o jornalismo que não questiona seus próprios enquadramentos contribui para reproduzir uma lógica generificada da imagem pública, na qual as mulheres seguem sendo mais suspeitas do que acreditadas, mais expostas do que protegidas.

Como aponta Carneiro (2015), não se trata apenas de representar, mas de reconhecer a legitimidade de vozes que sempre falaram, mas foram sistematicamente desautorizadas. Nesse sentido, a ética jornalística precisa ser também uma ética do reconhecimento e da legitimação de vozes que são, muitas vezes, descartadas no debate público. Nesse cenário, quando o jornalismo se propõe a ser prática de resistência, precisa recusar o conforto da neutralidade e assumir o compromisso de reconfigurar narrativas. Essa perspectiva aponta para a possibilidade de um jornalismo mais situado, sensível às diferenças e comprometido com a justiça social. Em vez de se esconder atrás de uma pretensa objetividade, esse

jornalismo reconhece que informar é também disputar sentidos e que essa disputa tem implicações concretas na forma como corpos, vozes e vidas são reconhecidas na esfera pública.

Questionam a simplificação de que o problema do Brasil é social, e não racial. Recusam os eufemismos como o do apartheid social e, sobretudo, indicam que as políticas universalistas, historicamente implementadas, não têm sido capazes de alterar o padrão de desigualdades entre negros e brancos na sociedade. (Carneiro, 2015, p. 50).

2.2 A proposta editorial da Gênero e Número e sua atuação no combate à desinformação de gênero

A associação jornalística Gênero e Número surge em 2022 como uma iniciativa de jornalismo digital. Comprometida com a produção de matérias orientadas pela justiça social, sua proposta editorial parte do reconhecimento de que gênero, raça e classe não são recortes secundários, mas eixos fundamentais da realidade social e, portanto, devem atravessar a prática jornalística. Ao aliar reportagens aprofundadas e jornalismo de dados, a Gênero e Número atua como um agente de resistência à dominação simbólica das narrativas em um contexto marcado pela desinformação, pelo negacionismo e pelas diversas violências contra populações marginalizadas.

Esse tipo de cobertura indica um compromisso ético assumido pela revista com uma prática jornalística que reconhece a importância de quem fala e de como se fala. Ao escutar e valorizar experiências de mulheres negras, indígenas, periféricas e LGBTQIAPN+, a Gênero e Número contribui para romper com a lógica da invisibilidade e construir outras formas de narrar a realidade. Ainda que se posicione de forma explícita, a revista não abandona os critérios essenciais à prática de jornalismo: fundamenta seus dados, ouve especialistas e garante pluralidade de fontes. Sua proposta é demonstrar que rigor e engajamento não são excludentes, e que é possível fazer jornalismo comprometido com os direitos humanos sem abrir mão da responsabilidade informativa.

Ao confrontar as estruturas de exclusão que historicamente definem quem pode falar e com que credibilidade, a Gênero e Número atua aliada ao pensamento de Fraser (2006), que defende a necessidade de ouvir os grupos que são historicamente excluídos das mais diversas interações sociais. Essa disputa pela legitimidade do discurso está no cerne de uma perspectiva decolonial de comunicação, que exige desestabilizar a matriz colonial de

poder que racializa o gênero e subalterniza determinadas experiências. Ao recusar a lógica jornalística tradicional que privilegia o distanciamento e uma pretensa “objetividade”, a revista adota uma postura combativa. Essa escolha não é apenas metodológica, mas política e desafia o jornalismo a romper com pactos coloniais que sustentam o silenciamento de mulheres, sobretudo as racializadas, no debate público. Segundo Moraes (2022):

Essa objetividade com cor, gênero, endereço e poder também permeia e se confunde muitas vezes com os procedimentos técnicos necessários ao jornalismo aqui citados, uma vez que os mesmos são instrumentalizados para justificar, frequentemente, o injustificável. Explico melhor a partir de um critério objetivo citado ainda há pouco por mim: a “busca de fontes variadas e compatíveis ao assunto em tela”. Esta ação necessária, realizada por diversas/os e competentes jornalistas, não fez com que, por exemplo, o resultado dessas buscas trouxessem historicamente à praça pública pessoas negras, principalmente enquanto especialistas, como dotadas de um saber socialmente mais valorizado (Moraes, 2022, p. 15).

Ao abordar a violência vicária, tema central de nosso interesse neste trabalho, em contextos internacionais, a GN adota uma estratégia narrativa que combina escuta qualificada, produção de dados inéditos e denúncia institucional. Nas reportagens “Brasileiras no exterior relatam violência e dificuldades na Justiça”, publicada em 2024, a revista constrói um campo discursivo que ultrapassa o registro descritivo e assume uma função política: visibilizar, com profundidade, uma forma de violência ainda marginal no debate público, sobretudo em contextos de migração.

A principal forma de violência contra a mulher no exterior envolve terceiros, especialmente em casos de subtração de menores ou disputa de guarda. Do total de registros em 2023, 58% referem-se a casos de violência vicária, em que a violência é exercida por meio de terceiros (geralmente ex-parceiros) que envolvem filhos e filhas no processo (Gênero e Número, 2023).

Narrativamente, esse recurso aproxima quem lê das personagens, criando uma identificação e promovendo a escuta como uma forma de legitimação das problemáticas que permeiam a vida de grupos dissidentes. O texto, ao reconhecer as falas dessas mulheres como fonte de conhecimento legítimo, contribui para restaurar sua autoridade de fala, desafiando um padrão informativo que, muitas vezes, trata essas mulheres apenas como números, vítimas silenciosas ou suspeitas. Trata-se de uma escolha de linguagem e estrutura que resiste à objetividade distanciada, optando por uma representação situada, implicada e crítica. Essa narrativa, assim, atua como enfrentamento direto à violência institucional, conceito presente no estudo de Moreira et al (2020), definido como um tipo de violência onde uma instituição -

ou um determinado profissional da instituição - utiliza do seu poder e conhecimento para deslegitimar o saber dos usuários do serviço.

Já na segunda reportagem, “Violência vicária é a principal forma de violência contra mulheres brasileiras na Europa”, a narrativa se ancora fortemente em dados do Mapa Nacional da Violência de Gênero no Exterior. A estrutura da matéria alterna blocos descritivos com gráficos, mapas e trechos de entrevista, compondo uma narrativa mista que conjuga a análise empírica à vivência subjetiva. O texto organiza as informações por regiões geográficas (Alemanha, Portugal, Reino Unido, França etc.) e revela padrões de negligência, abandono consular e manipulação institucional da Lei de Alienação Parental por agressores que atuam no exterior. A decisão editorial de associar dados à análise crítica rompe com a tradição jornalística que separa informação de opinião, e explicita a dimensão política da prática jornalística informativa.

Outro ponto de destaque é o modo como a violência vicária é desnaturalizada, destacando que não se trata um episódio isolado entre indivíduos, mas da expressão de uma estrutura de poder que se atualiza nos discursos legais e nas instituições internacionais. Ao explicitar que o aparato jurídico de países europeus frequentemente colabora com os agressores ao criminalizar mães que tentam proteger seus filhos, a narrativa posiciona a violência vicária como também epistêmica e estatal. Isso reforça o argumento de Segato (2018), que afirma que o silenciamento de determinadas vozes no espaço público é uma forma de opressão.

A escolha da Gênero e Número por uma abordagem interseccional não é apenas editorial, mas política. Ao priorizar a escuta de sujeitos historicamente excluídos da cobertura tradicional, a revista amplia os limites do que costuma ser considerado relevante ou “noticiável”. Isso se evidencia, por exemplo, na forma como a GN cobre temas como violência política de gênero e transfobia, fugindo de enquadramentos sensacionalistas e centrando o olhar nas estruturas que sustentam essas violências. A proposta é deslocar o foco da vítima para o sistema, revelando como Estado, mídia e instituições jurídicas frequentemente operam na manutenção das desigualdades. Como afirma Moraes (2022), a escolha da pauta e do modo de narrar são atos políticos que podem tanto reforçar a ordem quanto abrir brechas para a transformação.

A GN afirma que a sua missão é “investir continuamente na convergência entre jornalismo de dados, pesquisa e debate público, com práticas e métodos digitais inovadores,

consistentes e que jamais reproduzam padrões opressores para quaisquer grupos sociais.” (Gênero e Número).

Além disso, o uso do jornalismo de dados pela Gênero e Número reforça sua estratégia de disputar o campo da informação com base em evidências. A produção e análise de dados próprios, em vez da mera reprodução de números oficiais, é uma marca da revista e contribui para a construção de narrativas mais contextualizadas. A prática está alinhada à defesa de Nancy Fraser (2006) pela justiça de representação, que envolve não apenas o direito de fala, mas o direito de definir os termos do discurso público a partir da própria experiência.

A prática jornalística proposta pela Gênero e Número rompe com o modelo tradicional centrado na suposta imparcialidade e adota uma perspectiva de responsabilidade social. O compromisso da revista com a escuta, com o rigor informativo e com o reposicionamento de sujeitos marginalizados revela que o jornalismo pode, sim, operar como ferramenta de transformação. Não se trata de abandonar os critérios definidores da profissão, mas de ressignificá-los à luz de um compromisso ético com os direitos humanos. Como aponta a própria equipe da GN (2023), “as narrativas dominantes têm cor, gênero e classe”. Esse é um pensamento amplamente abordado por Moraes (2022), que mostra a objetividade comum ao jornalismo também como uma forma de invisibilizar as subjetividades presentes nas questões sociais - subjetividades essas que são necessárias na produção de um conhecimento qualificado e atento ao mundo em sua diversidade. Ao confrontar essa lógica, a revista reafirma que disputar os sentidos é uma forma de fazer política com informação.

A Gênero e Número ocupa um lugar de particular no ecossistema de mídia brasileira ao tensionar os limites da cobertura tradicional e propor novas formas de abordar temas sensíveis. Em vez de reforçar estereótipos ou tratar a violência de gênero como caso isolado, a revista aponta os vínculos entre informação, poder e justiça, mostrando que combater a desinformação passa também por reconhecer quais vozes são historicamente desacreditadas e por que elas precisam ser escutadas.

2.3 O Nexo Jornal como agente de mediação informacional sobre violência vicária

O Nexo Jornal, desde sua fundação em 2015, tem se consolidado como uma iniciativa jornalística voltada à produção de conteúdo analítico, contextualizado e com rigor informativo. O Nexo, em sua apresentação, diz que “busca ser uma fonte de informações com

credibilidade, capaz de dialogar com as mais diversas perspectivas, grupos sociais e políticos, mesmo que antagônicos.” (Nexo, 2015). Esse posicionamento editorial o coloca em uma posição de enfrentamento à desinformação, especialmente em temas sensíveis como a violência de gênero. No caso da violência vicária, a atuação do Nexo é pode contribuir com informações acessíveis, fundamentadas e orientadas para o esclarecimento público.

Em reportagens como “Como a Lei de Alienação Parental pode ser usada contra mulheres” (2023), o Nexo expõe os usos distorcidos da legislação por homens denunciados por violência doméstica para deslegitimar as mães e buscar a guarda dos filhos. A matéria articula dados, entrevistas com juristas, especialistas e vítimas, e mostra como o discurso da alienação parental tem sido instrumentalizado para reverter denúncias e reforçar estruturas patriarcais. Essa cobertura evidencia o compromisso do jornal com uma mediação responsável pela informação, ao recusar simplificações e apresentar o problema dentro de um contexto político e jurídico mais amplo, o que se alinha à ideia de jornalismo como prática de justiça informacional.

O enquadramento dado à violência vicária pelo Nexo também revela uma preocupação ética com a representação das vítimas e a problematização do papel do Estado e do Judiciário. Em vez de recorrer à espetacularização ou ao sensacionalismo, o jornal opta por uma abordagem que valoriza a escuta e o contexto. Essa postura dialoga com o que Fraser (2006) chama de paridade participativa: a garantia de que todos os sujeitos possam ter voz nas disputas simbólicas com igualdade de condições. Ao escutar mães, advogadas, pesquisadoras e vítimas que relatam como suas denúncias foram revertidas contra elas, o Nexo contribui para tornar visível uma forma de violência que, por operar dentro das instituições, muitas vezes se mascara de legalidade.

Narrativamente, o Nexo adota um estilo claro, direto e com forte caráter didático, mobilizando gráficos e perguntas-respostas para facilitar a compreensão do tema. Essa opção é coerente com seu modelo editorial de jornalismo explicativo, mas não o exime de uma postura crítica. Ao incluir depoimentos de mães que perderam a guarda de seus filhos após denunciarem os pais por abuso, o jornal produz uma narrativa que evidencia as contradições do sistema jurídico e revela como a violência vicária se legitima por meio de instituições que deveriam proteger. O foco não está apenas nos casos isolados, mas na sistematização do problema, que é um dos traços centrais da análise narrativa orientada por justiça simbólica (Fraser, 2006).

Estilisticamente, o Nexo espera que sua abordagem clara e direta, com um forte caráter didático, compense, mobilizando recursos como um formato gráfico ou de perguntas e respostas que se prestam ao jornalismo explicativo criativo, por exemplo. Essa abordagem facilita a compreensão do tema, mas também pode mitigar a radicalidade das queixas à medida que se diluem em modelos padrão. Embora as reportagens revelem a reviravolta das acusações dos homens sobre as mulheres e o absurdo do sistema legal, o tom é mais pedagógico do que indigadon, mais informativo do que mobilizador.

O Nexo, ao relatar um episódio extremo de violência vicária na reportagem “As mães que foram acusadas de sequestro ao fugirem de abusos no exterior”, é indicativa do tipo de jornalismo que explica com base em fatos, sem questionar simbolicamente os mecanismos de produção de uma injustiça. Mesmo diante de um caso explícito de abuso sexual infantil contra a filha mais velha, e da emissão de uma medida protetiva pela Justiça Irlandesa, o jornal conta a história desta forma:

Em dezembro de 2018, a brasileira diz que acordou com o grito da filha mais velha, que dormia em outro quarto da casa, seguido de um choro muito forte. ‘Quando abri a porta me deparei com o genitor dela tampando a boca da minha menina que estava nua no trocador para que não fizesse barulho, talvez para não me acordar. Ele estava apenas de cueca e com ereção’, lembra emocionada. (Cantarelli apud Nexo, 2023) Ela fez denúncia e conseguiu medida protetiva concedida pela Justiça irlandesa. Com ajuda da ONG Revibra e do Itamaraty, conseguiu novo passaporte fornecido pela Embaixada do Brasil em Dublin. Com isso, ela conseguiu voltar ao Brasil escoltada por policiais. Durante quatro anos, Raquel viveu com as filhas no Rio de Janeiro. Mas, em 14 de junho de 2023, policiais federais foram até sua casa, cumprindo ordem judicial, e levaram as duas crianças. A decisão se baseia no que diz a Convenção de Haia sobre subtração internacional de menores (Nexo Jornal, 2023).

A imparcialidade narrativa adotada pelo Nexo acaba se entrelaçando com a falta de enfrentamento às falhas institucionais. Esta posição está em desacordo com o que Nancy Fraser (2006) descreve como justiça de reconhecimento, pois não nomeia simbolicamente a violência institucionalizada e, portanto, obstrui a formulação de uma crítica pública ainda mais consciente do machismo presente na sociedade. A violência contra as mulheres não é apenas o ato em si, mas também o silêncio compartilhado das instituições que deveriam protegê-las, como destaca Segato (2013). Ao escolher uma linguagem descritiva diante de uma cena de horror, o Nexo, apesar de informar e alertar sobre a violência de gênero, não leva o leitor a formular uma crítica às estruturas institucionais que falham em manter as mulheres - e seus filhos - seguros.

O Nexo Jornal adota uma postura que reconhece o jornalismo como prática situada e implicada nas disputas sociais, ainda que faça isso de forma comedida na escrita. Na proposta editorial, o Nexo se intitula como um “o jornal busca ser uma fonte de informações com credibilidade, capaz de dialogar com as mais diversas perspectivas, grupos sociais e políticos, mesmo que antagônicos.” (Nexo, 2015).

Essa pluralidade dos discursos presentes no Nexo não implica em perda de rigor, mas na revisão ética do próprio lugar de fala da imprensa que historicamente operou como mediadora das versões dominantes da realidade. Como aponta Fabiana Moraes (2020), assumir uma posição no jornalismo não é sinônimo de militância desinformada, mas sim de responsabilidade com os sujeitos e contextos retratados. Ao aplicar essa perspectiva em temas como a violência vicária de forma branda, o Nexo prioriza dados, relatos e referências jurídicas - ainda que estas sejam questionáveis - para embasar o texto.

A estrutura da matéria alterna trechos de relatos individuais, explicações técnicas sobre a Convenção de Haia e de como a Justiça brasileira lida com esses processos. A abordagem adota uma lógica de contraste: apresenta a lógica jurídica fria e seus efeitos sobre a vida concreta das mulheres. Essa dicotomia entre as falas das vítimas e a lógica jurídica fria pode garantir à matéria mais credibilidade, uma vez que apresenta profundidade de fontes, ainda que de forma expositiva. O Nexo, ao abrir espaço para a escuta dessas mulheres e abrir espaço para que elas exponham as falhas no sistema, contribui para tentar restaurar sua autoridade narrativa.

Em termos de análise narrativa, o jornal constrói uma narrativa de mediação. As reportagens explicam como determinadas leis funcionam na prática, quem são os atores em disputa e quais as implicações simbólicas desses embates para a imagem pública das mulheres-mães. O enquadramento evita o sensacionalismo e privilegia a explicação, isso fica claro no seguinte trecho:

A AGU reconheceu que “a violência doméstica contra a mulher, notadamente no contexto migratório, é algo grave e deve ser combatido”. De acordo com o órgão, no entanto, “para que haja o impedimento ao retorno, é necessário que a violência esteja comprovada, avaliando-se, no caso concreto, se o retorno irá impactar a criança à luz do acervo fático-probatório.” (Nexo Jornal, 2023).

Assim, tanto na reportagem nacional quanto na internacional, o Nexo Jornal se posiciona como um agente de mediação crítica, oferecendo ao público informações, relatos

das vítimas e algumas ferramentas interpretativas para compreender as disputas legais que cercam a violência vicária.

A atuação do Nexo Jornal em relação à violência vicária pode ser compreendida dentro de um compromisso mais amplo com a responsabilidade ética e datificada na cobertura de temas sensíveis, especialmente aqueles que envolvem violência de gênero. Em 2017, em meio ao debate sobre o feminicídio de Campinas¹, o veículo publicou um ensaio intitulado “O feminicídio de Campinas e a responsabilidade da imprensa”, no qual critica a naturalização da violência contra mulheres e alerta para os riscos da cobertura sensacionalista que transforma agressores em protagonistas passíveis de compreensão. Ainda que o texto não trate diretamente da violência vicária, ele explicita a diretriz editorial do Nexo: a recusa em reforçar narrativas que culpabilizam mulheres. Esse posicionamento se reflete nas reportagens sobre violência vicária, especialmente em contextos de migração, nas quais o jornal reafirma sua função de mediação.

Precisamos menos de sensacionalismo e mais responsabilidade, e no caso de assassinatos motivados pelo gênero, combater o machismo e focar especificamente em políticas públicas para mulheres, debater gênero nas escolas, combater o preconceito e as opressões de gênero, orientação sexual e raça (Nexo Jornal, 2017).

Ao atuar como espaço de explicação pública sobre temas juridicamente complexos e socialmente silenciados, o Nexo contribui para a formação de uma opinião pública mais informada e crítica. Essa contribuição, que não é específica desse jornal, é relevante diante de um ambiente de desinformação crescente, no qual conceitos como “alienação parental” são manipulados com frequência para distorcer o debate.

Como aponta Grada Kilomba (2019), vivemos sob estruturas que não apenas silenciam determinados corpos, mas também negam a esses sujeitos o direito de serem reconhecidos como fontes legítimas de saber. Ao abrir espaço para que as vítimas da violência vicária relatem suas experiências e sejam tratadas como vozes autorizadas no debate público, o Nexo contribui, ainda que não tão veementemente, para o enfrentamento da negação sistemática da legitimidade da fala de determinados grupos.

Portanto, a prática do jornalismo como ator social demonstra a promessa do Nexo de ser um espaço plural e que fortalece a democracia brasileira (Nexo, 2015). A cobertura examinada mostra tentativas de trazer à luz injustiças que são naturalizadas e de complicar o

problema no sentido do uso de recursos explicativos que conduzam a uma leitura informativamente engajada. No entanto, é importante destacar, como Carvalho (2020, p. 38) afirma, "a própria ideia de continuidade é um elemento que nos permite enfatizar a natureza coordenada das políticas, em vez de um conjunto de reportagens isoladas", o que exige do jornalismo que seja capaz de prestar atenção aos fluxos históricos e às dinâmicas de aliança e antagonismo entre atores sociais. Nesse sentido, apesar de que, enquanto o Nexo ajuda com mais exposição das violações e violência vicária, a falta de uma tensão mais forte com as instituições envolvidas poderia minar sua configuração como um agente de transformação. Assim, a responsabilidade discursiva deve ser complementada por uma consciência narrativa a longo prazo que considere o jornalismo não apenas como uma posição meramente explicativa, mas como um agente nas disputas por reconhecimento, reparação e justiça simbólica.

2. 4 Aproximações entre as experiências

Apesar de serem diferentes na gênese e nos processos de editorialização e formatos, tanto o Gênero e Número quanto o Nexo Jornal compartilham a ideia de que o jornalismo não é um reflexo neutro da realidade, mas uma prática social mediada por relações de poder. Ambas as iniciativas adotam uma ética de responsabilidade e estão envolvidas na mediação informacional de assuntos complexos e delicados, como a violência vicária, opondo-se às lógicas da cobertura tradicional, muitas vezes caracterizada pela fragmentação, invisibilidade e simplificação das questões de gênero.

A Gênero e Número e o Nexo, por sua vez, optam pela produção jornalística com muita leitura, dados e escuta, com aprofundamento e contextualização, em direção a uma esfera jornalística mais pluralista. No entanto, é crucial notar que tais posições, por mais dignas que sejam, não devem ser vistas como exceções ou uma espécie especial de jornalismo independente. A obrigação com a complexidade, o respeito pelas fontes e as repercussões simbólicas da informação devem ser um compromisso – ética e estruturalmente – de todo o campo jornalístico, independentemente da linha editorial.

Como Nelson Traquina (2005) aponta, a notícia é um produto fabricado a partir de decisões de pessoas específicas em situações específicas. Essas escolhas sobre incluir, enfatizar ou omitir não ocorrem no vácuo e são filtros que ajudam a determinar como o

público passa a entender os eventos. Dessa forma, tanto o Gênero e Número quanto o Nexo estão atentos às ramificações sociais dessas decisões, desejando criar uma cobertura que abra as possibilidades de representação.

A Gênero e Número busca “analisar e visibilizar dados que revelam desigualdades para qualificar o debate sobre questões de gênero, raça e direitos.” (Gênero e Número, 2015) enquanto o Nexo “busca ser uma fonte de informações com credibilidade, capaz de dialogar com as mais diversas perspectivas, grupos sociais e políticos, mesmo que antagônicos”. (Nexo Jornal, 2015).

A crítica à neutralidade é outro ponto de aproximação entre os dois veículos. Gaye Tuchman (1978), ao discutir a “objetividade estratégica”, argumenta que o jornalismo frequentemente constrói uma aparência de imparcialidade para proteger-se de acusações de viés, ainda que esse suposto distanciamento seja ele mesmo uma escolha política. Especialmente a GN busca romper com esse distanciamento.

Acreditamos que nosso trabalho é extremamente relevante num país onde a qualidade do debate sobre gênero e raça precisa melhorar, onde diversos dados importantes e urgentes sobre desigualdades podem e devem ser comunicados. No jornalismo de dados e na pesquisa, há métodos consolidados para se trabalhar de forma contínua e sistematizada a produção de informação, sejam notícias ou outros formatos midiáticos, a partir de bancos de dados estruturados em ambientes públicos ou privados (Gênero e Número, 2022).

Quando os veículos jornalísticos se propõem a mostrar as formas como a justiça institucional silencia, pune ou inverte o lugar da vítima, como ocorre na violência vicária, eles se posicionam contra essa lógica de dominação. Tanto a GN quanto o Nexo, ao adotarem esse tipo de abordagem, contribuem para desnaturalizar as práticas institucionais que perpetuam a desigualdade de gênero.

A Gênero e Número, atento ao gênero, raça e classe como eixos estruturantes, assume essa escuta que está muitas vezes nas margens da interseccionalidade. O Nexo, por outro lado, com o modelo organizacional e compromisso com o jornalismo explicativo e posição institucional, coloca-se em um lugar de tradução para o público mais amplo, desvendando os detalhes do conhecimento técnico e da cidadania informada pela razão. Tal descontinuidade, longe de ser uma antítese, demonstra uma compenetrabilidade estratégica: um afirma e detalha-se, o outro neutraliza e organiza-se.

A abordagem de Gênero e Número, mais voltada à escuta ativa e à valorização da experiência vivida, se aproxima daquilo que Heleieth Saffioti (2004) nomeia como

compreensão materialista da violência de gênero: uma forma de dominação sustentada por estruturas históricas e relações de poder que se reproduzem nos discursos, nas instituições e nas práticas cotidianas. Ao colocar as mulheres que enfrentam a violência vicária no interior de processos jornalísticos, por exemplo, a GN revela como o sistema jurídico também pode operar como instrumento de opressão — uma leitura que converge com a perspectiva crítica de Saffioti sobre o papel do Estado na manutenção do patriarcado. Já o Nexo, ao mapear os dispositivos legais e sociais que tornam possível essa forma de violência, atua como agente de tradução pública, conectando o campo jurídico à compreensão cidadã.

Ambas as experiências, portanto, revelam que é possível fazer jornalismo sem renunciar ao compromisso social. Informar, nesse contexto, é também disputar sentidos, ampliar vozes e tensionar estruturas de silenciamento. Em um cenário marcado pela desinformação e pela manipulação de discursos sobre violência de gênero, os dois veículos operam como contra-hegemonias informacionais. Se, como afirma Fraser (2006), a justiça passa pela redistribuição e pelo reconhecimento, o jornalismo praticado pela *Gênero e Número* e pelo *Nexo* contribui, cada um à sua maneira, para tornar o espaço público mais representativo e, conseqüentemente, mais justo.

Outra dimensão que aproxima as experiências de *Gênero e Número* e do *Nexo Jornal* é o entendimento de que o jornalismo pode operar como um espaço de reparação simbólica. Essa reparação se dá quando as reportagens assumem o compromisso de escutar e narrar sujeitos historicamente excluídos do discurso público, especialmente mulheres em situação de violência institucional. Como aponta Fraser (2006), a justiça demanda não apenas redistribuição de recursos, mas reconhecimento e representação adequada nas esferas públicas. Ao construírem reportagens que reposicionam essas mulheres como fontes legítimas de saber, GN e Nexo não apenas informam: eles restauram autoridade epistêmica a quem frequentemente é desautorizado.

Além disso, ambas as iniciativas rejeitam a ideia de que o jornalismo deve se limitar a uma suposta imparcialidade técnica. Como já discutido por Tuchman (1978), a "objetividade" pode ser um instrumento estratégico para blindar o discurso dominante. GN e Nexo, em suas práticas editoriais, tornam visível que toda escolha narrativa é atravessada por interesses, valores e disputas simbólicas. Essa recusa à neutralidade permite que ambos os veículos construam narrativas comprometidas com a equidade, o que Fabiana Moraes (2020)

denomina como jornalismo situado, atento às assimetrias de poder que definem quem pode falar e ser ouvido no debate público.

Outro ponto de contato entre os dois veículos está na forma como produzem tradução pública de temas complexos. Enquanto o Nexo atua com forte investimento na explicação de processos legais, legislativos e institucionais, como no caso das disputas jurídicas internacionais envolvendo violência vicária, a Gênero e Número aposta na linguagem dos dados, no recorte interseccional e no testemunho direto. A escuta ativa das vítimas é também um elo fundamental. A GN prioriza uma escuta com envolvimento afetivo e político, tratando os relatos como matéria-prima legítima da notícia, enquanto o Nexo busca estruturar os testemunhos dentro de um contexto de explicação institucional. Ainda assim, ambas reforçam a importância da experiência vivida como categoria analítica, como defende Segato (2012), ao afirmar que a violência não é um episódio isolado, mas uma linguagem do poder. Ao incorporarem essas vozes em suas narrativas, os veículos rompem com a prática tradicional que subordina os sujeitos afetados à fala de especialistas.

Ambos os veículos também operam com o princípio da responsabilidade informacional, entendendo que o conteúdo produzido gera efeitos no mundo. Essa consciência está presente na escolha dos títulos, das imagens, dos dados e das vozes que integram as reportagens. Ao assumirem essa responsabilidade, a GN e o Nexo aproximam-se da representatividade, na qual o jornalismo não apenas reporta o real, mas interfere na forma como ele será compreendido e debatido socialmente.

Por fim, a complementaridade entre os dois veículos pode ser lida como um modelo de ecossistema midiático, no qual diferentes formatos, linguagens e estilos contribuem para uma cobertura qualificada e plural. A Gênero e Número, com seu jornalismo de dados interseccionais e escuta marginalizada, atua nas bordas do sistema; o Nexo, com seu reconhecimento institucional e seu alcance em diferentes esferas do debate público, atua no centro. Ambas as práticas são necessárias e, ao dialogarem, tornam possível um jornalismo que combate o apagamento e reconfigura os termos do reconhecimento, operando, como diz Fraser (2006), pela paridade de participação e pela redistribuição simbólica do poder de narrar, como o jornalismo como um todo deveria ser.

3 ANÁLISE NARRATIVA: REPORTAGENS E PRÁTICAS DE ENFRENTAMENTO À DESINFORMAÇÃO SOBRE VIOLÊNCIA VICÁRIA

A construção narrativa é um dos aspectos fundamentais na forma como a sociedade entende e atribui significado aos acontecimentos que a atravessam. (Ricoeur, 1994) No campo do jornalismo, essa função adquire características ainda mais relevantes, sobretudo quando se trata de coberturas sobre violações de direitos humanos. Segundo Moraes (2022), a escolha sobre quais histórias contar, quais vozes escutar e quais aspectos enfatizar não é neutra: é resultado de uma configuração simbólica que carrega consigo disputas políticas e éticas. No contexto da violência vicária, essa dimensão torna-se ainda mais evidente, pois envolve práticas institucionais e jurídicas que frequentemente deslegitimam as vivências femininas e naturalizam a exclusão de suas narrativas no debate público.

A escolha das reportagens analisadas neste trabalho se justifica pela relevância temática e pelo alinhamento metodológico com os objetivos da pesquisa, que busca compreender como o jornalismo pode atuar no enfrentamento à desinformação sobre a violência vicária. A seleção das peças jornalísticas levou em conta critérios como a abordagem direta do fenômeno da desinformação relacionada à violência de gênero, com foco específico nas consequências da instrumentalização dos filhos em contextos de separação litigiosa. Além disso, considerou-se a autoria identificada das reportagens, o que permite examinar quem são os sujeitos produtores das narrativas e quais marcas de subjetividade atravessam seus textos. O papel mobilizador assumido pelos veículos — tanto em relação à denúncia quanto à articulação com fontes diversas e à proposição de novos enquadramentos — também foi um aspecto fundamental para compor o corpus. Optou-se por reportagens publicadas em plataformas digitais que atuam na fronteira entre jornalismo investigativo e jornalismo de resistência, como é o caso da revista Gênero e Número e do Nexo Jornal, justamente por suas práticas narrativas inovadoras e por seu engajamento em disputas simbólicas. Tais critérios visam garantir a consistência analítica do estudo e a representatividade das narrativas selecionadas dentro do escopo proposto, permitindo uma análise crítica e situada das estratégias informativas utilizadas na cobertura da violência vicária.

O presente capítulo propõe uma análise das estratégias narrativas adotadas por reportagens publicadas na revista *Gênero e Número* e no *Nexo Jornal*, com foco no enfrentamento à desinformação sobre violência vicária. A investigação parte do pressuposto de que o jornalismo, ao narrar determinados eventos, não apenas descreve a realidade, mas contribui para sua reconfiguração na compreensão do leitor.

Ao compreender a narrativa jornalística como um processo mediador, busca-se evidenciar como determinadas reportagens se afastam do modelo tradicional de objetividade para adotar uma postura ética e situada, centrada na escuta qualificada de mulheres vítimas de violência vicária. Este capítulo investiga de que modo tais produções jornalísticas contribuem para desestabilizar discursos conservadores, enfrentando práticas discursivas de silenciamento e apagamento institucional.

3.1 Critérios de seleção das reportagens e contextualização das coberturas

A análise narrativa proposta neste capítulo está fundamentada na teoria da tríplice mimese de Paul Ricoeur (1994) e visa investigar como a narrativa jornalística se desenrola como uma mediação entre o que é vivido e o que é reapresentado. A trilogia *Tempo e Narrativa* propôs essa abordagem que constitui um caminho para nosso pensamento sobre como a experiência humana é estruturada, mediada e transformada em uma narrativa.

Nesse sentido, para Ricoeur (1994), todas as narrativas são formadas por três momentos inter-relacionados, a saber, mimese I (prefiguração), mimese II (configuração) e mimese III (refiguração). Essa dimensão da estrutura sugere que o ato de narrar não é apenas uma representação de eventos, mas é em si um envolvimento no processo de mediação entre o mundo das ‘experiências vividas’ e o mundo das ‘interpretações possíveis’, que se realiza plenamente apenas através da leitura do consumidor final.

Ao se referir à teoria da tríplice mimese, Carlos Alberto de Carvalho (2012) destaca a mimese I, que diz respeito à compreensão anterior da ação humana e à condição histórica, cultural e ética que a estabelece. Ele observa que, nesse momento inicial, os valores e disputas que organizam a realidade social já estão presentes. Com relação à violência vicária, isso envolve reconhecer que os incidentes relatados não ocorrem no vazio, mas são emblemáticos de questões institucionais que desvalorizam a voz feminina e normalizam o poder masculino,

inclusive no judiciário. Assim, o jornalismo que aspira narrar essas experiências deve começar com uma consciência desse contexto e articular sua posição em relação a ele.

A escolha por narrativas que desestabilizam discursos hegemônicos e dão centralidade às vozes das mulheres violentadas é, portanto, uma forma de reconhecimento da dimensão pré-narrativa que sustenta as reportagens. Os jornalistas da *Gênero e Número* e do *Nexo Jornal* mobilizam recursos que não apenas representam os fatos, mas que também os interpretam à luz de um sistema desigual. Essa postura revela um compromisso ético com a visibilização de experiências previamente silenciadas e inscreve essas reportagens dentro de um horizonte que valoriza a escuta, o reconhecimento e a dignidade discursiva dos sujeitos narrados. A mimese I, nesse sentido, não é um dado passivo, mas um campo ativo de disputa simbólica que antecede e condiciona a produção da narrativa.

Diversidade e transparência são valores que regem o nosso trabalho. Somos independentes de grandes grupos de mídia e uma organização apartidária. Temos uma equipe diversa que trabalha com pesquisa, ciência de dados e jornalismo, sob uma gestão atenta à escuta da equipe, para aprofundarmos temas relacionados às agendas da equidade racial e de gênero. A partir de dados e de vozes legítimas, produzimos conteúdos de referência para pessoas e organizações comprometidas com o diálogo amplo que a democracia pressupõe (*Gênero e Número*, 2022).

A mimese II, na teoria de Paul Ricoeur, corresponde ao momento da configuração narrativa, ou seja, ao processo em que os acontecimentos, previamente inscritos no mundo da ação (mimese I), são organizados em uma forma inteligível e coerente de enredo. Essa etapa é central na construção do sentido narrativo: é nela que o tempo da ação vivida é transformado em tempo narrado, e que os fatos, aparentemente dispersos e desconexos, passam a constituir uma sequência com lógica interna. A narrativa, portanto, não apenas relata, mas interpreta o real e essa interpretação se concretiza por meio da tessitura da intriga, conceito fundamental em Ricoeur e explicado por Carvalho “como o momento de síntese de uma narrativa, como a possibilidade mesmo de tornar concreta uma história” (2012, p. 174).

No campo jornalístico, essa configuração se manifesta nas escolhas discursivas feitas pelas jornalistas, como o recorte temático da pauta, a disposição das falas, o uso de dados e testemunhos, o ritmo do texto e a relação entre diferentes vozes narrativas. Como explica Carvalho (2012), a mimese II no jornalismo corresponde ao momento de agenciamento ético e estético do real: os eventos são organizados para que adquiram sentido e relevância pública, e essa organização é indissociável das intencionalidades editoriais. Assim, a notícia não é um reflexo do mundo, mas uma forma de reconfigurá-lo simbolicamente.

As reportagens estudadas nesta pesquisa, publicadas na revista *Gênero e Número* e no *Nexo Jornal*, são demonstrações dessa lógica. Em ambos os casos, há uma organização autoconsciente na disposição dos componentes narrativos: a articulação (geralmente primeira) das vozes de mulheres que foram vítimas de violência vicária, citações de fontes legais e argumentos legalistas — estes últimos para construir um caso persuasivo, os primeiros para declarar, categoricamente, que tais eventos exigem denúncia. Este aspecto da narrativa se desvia da perspectiva convencional e rígida de objetividade distanciada em direção a uma narrativa situada que adota uma posição ética em resposta à injustiça narrada, sem abrir mão do rigor informativo.

Outro aspecto importante da mimese II é a forma como o tempo narrativo é manipulado na construção das reportagens. Em Ricoeur (1994), o tempo da narrativa não precisa seguir a cronologia dos fatos: ele pode ser encurtado, prolongado, interrompido ou mesmo antecipado. Nas matérias analisadas, isso se observa na alternância entre depoimentos subjetivos, que remetem ao passado das personagens, e trechos que contextualizam a situação atual com base em dados e acontecimentos jurídicos. Essa alternância constrói uma temporalidade própria da narrativa jornalística, que articula o vivido individual à estrutura social e legal que perpetua a violência vicária.

Como afirma Ricoeur (2012, apud Carvalho, p. 174), a mimese II é o momento de “compor a intriga já é fazer surgir o inteligível do acidental, o universal do singular, o necessário ou o verossímil do episódico”. No caso das reportagens analisadas, os episódios narrados — que poderiam parecer casos isolados — são configurados como expressão de uma violência sistemática. A escolha por narrar determinados casos, e não outros, também faz parte da intriga jornalística. Trata-se de uma forma de manifestação simbólica: ao narrar o que muitas vezes é omitido ou deslegitimado, o jornalismo configura não apenas os fatos, mas também novas possibilidades de reconhecimento social.

A mimese III, na teoria de Paul Ricoeur, refere-se ao momento da refiguração, isto é, à etapa em que o leitor entra em cena e atribui sentido à narrativa com base em sua própria bagagem cultural, afetiva e social. Ao contrário de concepções que veem o público como receptor passivo da informação, Ricoeur propõe uma leitura ativa, situada e criadora. A narrativa, nesse modelo, não se encerra com a publicação ou circulação do texto: ela se completa na leitura, quando os sentidos projetados pelo narrador entram em diálogo com os

horizontes de expectativa do leitor, e o mundo representado é reinterpretado à luz de outras experiências.

A operação da violência simbólica, como visto principalmente no trabalho de Segato (2016), é arranjada na mimese II e moldada como uma trama: não uma mera ocorrência, mas um evento social construído para produzir efeitos simbólicos, sendo o do amordaçamento das mulheres. A passagem para a mimese III acontece exatamente quando esse silenciamento é internalizado pelos sujeitos e se torna parte da realidade da percepção, o mundo de significados em que as próprias mulheres vivem. Em outras palavras, a desinformação e o silêncio começam a funcionar não apenas como efeitos de narrativas violentas, mas também como blocos de construção do modelo do mundo tal como é interpretado — na refiguração, solidificando um imaginário que naturaliza a exclusão e a opressão.

Essa perspectiva desloca o foco da narrativa como mera exposição dos fatos para sua dimensão ética e transformadora. Como destaca Carlos Alberto de Carvalho (2012), a refiguração é o momento em que “o mundo configurado pela narrativa encontra o mundo vivido pelo leitor”, criando uma zona de interseção entre o texto e a vida. No campo do jornalismo, isso significa reconhecer que cada leitor acessa a notícia a partir de seus próprios referenciais e que, nesse processo, pode reforçar, questionar ou reformular sua compreensão da realidade. A mimese III, portanto, introduz uma dimensão interpretativa que escapa ao controle do produtor da narrativa, abrindo espaço para múltiplos efeitos de leitura. Ainda que as narrativas qualificadas tenham um potencial transformador positivo na sociedade, a desinformação, quando chega à mimese III, opera contrariamente, como um potencial construtor de um mundo conservador e violento às pluralidades.

Nas reportagens sobre violência vicária, a mimese III adquire especial relevância, pois o tipo de narrativa construída pelas revistas *Gênero e Número* e pelo *Nexo Jornal* convida explicitamente à identificação e à reflexão crítica. Ao expor a realidade de mães silenciadas por mecanismos legais, institucionais e midiáticos, essas reportagens não apenas informam: elas mobilizam afetos, convocam empatia e criam brechas para o reconhecimento político dessas mulheres como sujeitos epistêmicos. Quando o leitor se depara com essas vozes, geralmente excluídas da cobertura tradicional, é convidado a rever suas crenças sobre maternidade, justiça e autoridade institucional. Ao retornar para o exemplo da novela *Vale Tudo*, a cena da Lucimar (Ingrid Gaigher) vira um acontecimento (mimesis I), que é televisionado na Rede Globo e é recebido (mimesis III) por mulheres que buscam incentivo e

informação aumentando o número de pesquisas no aplicativo da Defensoria Pública do Rio de Janeiro.

Além disso, a refiguração também pode se manifestar como um gesto de reparação simbólica. Ao se ver interpelado pela narrativa, o leitor pode reavaliar discursos previamente naturalizados — por exemplo, a crença na imparcialidade das instituições ou a ideia de que mulheres que fogem com seus filhos “quebram a lei”. Quando as reportagens revelam a sistematicidade da violência vicária e seu enraizamento em estruturas patriarcais e racistas, criam condições para que o leitor perceba que aquilo que era tomado como caso isolado é, na verdade, expressão de uma injustiça histórica. Esse movimento de reconhecimento e deslocamento é o cerne da mimese III.

Por fim, é nessa etapa que o jornalismo revela sua potência política e pedagógica. Para Segato (2016), a narrativa carrega o poder de naturalizar violências e padrões patriarcais, mas também de rompê-los. A mimese III marca o encontro entre a narrativa e a ação: ela não garante transformação, mas a torna possível. Ao convocar o leitor a interpretar o mundo narrado a partir de sua própria realidade, o jornalismo abre caminho para novas formas de engajamento, escuta e responsabilização. Em se tratando de violência vicária, essa abertura é fundamental, pois permite que as vozes antes invisibilizadas sejam tratadas com dignidade, sensibilidade e, sobretudo, com a possibilidade de reconfigurar o lugar que ocupam na esfera pública.

A escolha por narrativas que desestabilizam discursos hegemônicos e dão centralidade às vozes das mulheres violentadas representa, em si, um gesto político e epistemológico. Trata-se de uma operação que rompe com os pactos de neutralidade historicamente construídos pelo jornalismo tradicional, especialmente no que se refere à cobertura da violência de gênero. Ao deslocar o foco da denúncia puramente factual para uma abordagem situada e implicada, Gênero e Número e Nexo Jornal reposicionam o jornalismo como espaço de escuta e reconhecimento de sujeitos historicamente marginalizados. Segundo o Nexo (2025), “o nosso jornal tem como principal motivação produzir um jornalismo que contribua para um debate público qualificado e plural, e que seja capaz de fortalecer a democracia brasileira.”

Essa escuta não é neutra nem espontânea: ela nasce de uma consciência crítica das relações de poder que moldam o que é narrado, como é narrado e quem pode narrar. Ao eleger as experiências de mães que enfrentam violência vicária como foco de suas reportagens, os

veículos analisados tensionam os limites da prática jornalística e apontam para a necessidade de uma abordagem interseccional, que leve em consideração os marcadores de gênero, raça, classe e território. A narrativa se torna, assim, um campo de disputa simbólica, uma arena em que se renegocia o valor social de determinadas vidas e discursos.

Os jornalistas dessas reportagens mobilizam recursos técnicos e discursivos que vão além da representação factual dos eventos. Isso implica uma ruptura com a lógica tradicional de que o jornalismo deve apenas retratar o mundo tal como ele é. Esse gesto narrativo está diretamente relacionado ao que Paul Ricoeur chama de mimese I, ou pré-configuração da narrativa. Nesse estágio, o mundo da ação já está atravessado por estruturas simbólicas, éticas e temporais que orientam o que será narrado. As reportagens analisadas assumem essa densidade pré-narrativa ao reconhecer que os fatos jornalísticos não existem em estado bruto, mas já são marcados por disputas ideológicas e sociais que moldam sua forma de aparecimento público. Como afirma Ricoeur (1994), representar a ação é, primeiro, compreender previamente o que ocorre com o agir humano.

Nesse sentido, a mimese I não é uma etapa passiva da narrativa — ela é um campo ativo de significação e de embates. O jornalismo que se ancora em uma perspectiva ética não pode ignorar que todo ato de narrar carrega consigo pressupostos sobre o mundo. Esses pressupostos incluem quem é digno de ser ouvido, o que é considerado relevante e quais instituições são apresentadas como legítimas. Ao questionar essas premissas, as reportagens de Gênero e Número e do Nexa colocam em xeque o próprio alicerce da autoridade narrativa tradicional.

Reconhecer a existência dessa pré-configuração ética, social e simbólica nas reportagens é fundamental para compreender o potencial transformador das narrativas. Quando o jornalismo se compromete com a visibilização de vozes silenciadas, ele deixa de ser apenas um canal de informação e passa a atuar como mediador de sentidos e disputas. Isso exige uma postura crítica diante da institucionalidade e das formas hegemônicas de representação, que muitas vezes colaboram com o apagamento da experiência feminina, especialmente quando atravessada pela racialização e pela maternidade.

Por fim, é justamente essa densidade pré-narrativa que permite ao jornalismo assumir uma função de mediação ética com o público. As reportagens analisadas não se limitam à descrição dos acontecimentos: elas oferecem uma leitura crítica do mundo, conectando o fato narrado a uma estrutura mais ampla de opressão. Assim, a mimese I fornece a base sobre a

qual a narrativa se configura — não apenas como forma de relatar o real, mas como modo de intervir simbolicamente nele, criando condições para que novas compreensões e novos posicionamentos se tornem possíveis no espaço público.

3.2 Estratégias narrativas e informativas

A construção de estratégias narrativas para o enfrentamento à desinformação nas reportagens da Gênero e Número e do Nexo Jornal se fundamenta naquilo que Paul Ricoeur (1994) conceitua como mimese II: o momento da configuração narrativa. Nesta fase, os acontecimentos vividos (mimese I) são transformados em enredo inteligível, articulando vozes, dados e temporalidades em torno de uma trama que busca sentido e coerência. No jornalismo, isso se manifesta nas escolhas sobre o que contar, como contar e com quais recursos discursivos se estabelecerá a narrativa. Longe de ser neutra, essa configuração implica decisões éticas que afetam diretamente a compreensão social dos eventos relatados.

A análise se ancora em uma abordagem qualitativa e interpretativa, relacionando o conteúdo das reportagens com a estrutura e o formato adotado por cada veículo. A escolha por reportagens multimídia, narrativas em primeira pessoa ou uso de infográficos não é meramente estética, mas estratégica: busca facilitar a compreensão por parte de públicos não especializados e tornar o conteúdo acessível para leitores considerados “leigos”. Essa decisão editorial tem implicações diretas sobre o impacto político-informativo do jornalismo em contextos de disputa simbólica.

A reportagem “As mães acusadas de sequestro ao fugirem de abusos no exterior”, do Nexo Jornal, exemplifica com precisão esse processo. O texto se inicia com dados da ONG Revibra Europa, revelando que 90% das mulheres acusadas de sequestro internacional haviam fugido de situações de violência doméstica. Ao articular esses números com relatos de mães e com análises jurídicas, a matéria dá forma a um enredo que evidencia a violência institucional transnacional. Segundo Carvalho (2012), essa prática representa o “agenciamento ético e estético do real” na mimese II, pois transforma o que seria episódico em inteligível e politicamente denso.

A forma como o Nexo estrutura essa narrativa revela que o foco não está no sensacionalismo, mas na exposição de padrões estruturais. Ao deslocar o olhar do “ato ilegal” da fuga para a violência estrutural que o antecede, a reportagem questiona os fundamentos da aplicação da Convenção de Haia em contextos de desigualdade de gênero. A organização textual alterna temporalidades, dando voz a trajetórias marcadas pela injustiça legal e diplomática, o que corresponde à manipulação do tempo narrativo descrita por Ricoeur. A intriga jornalística se concretiza como denúncia e como reinterpretação crítica do mundo vivido.

Na mesma linha, a Gênero e Número adota um modelo narrativo interseccional e engajado, como se vê nas matérias “Brasileiras no exterior relatam violência e dificuldades na Justiça” e “Violência vicária é a principal forma de violência contra brasileiras na Europa”. Nessas reportagens, a estrutura é composta por blocos que misturam entrevistas, dados inéditos do Mapa da Violência de Gênero no Exterior e análises institucionais. Essa escolha narrativa demonstra o que Rita Segato (2013) destaca sobre a experiência das mulheres se inscrever como denúncia e como produção de conhecimento situado.

Acreditamos que nosso trabalho é extremamente relevante num país onde a qualidade do debate sobre gênero e raça precisa melhorar, onde diversos dados importantes e urgentes sobre desigualdades podem e devem ser comunicados. No jornalismo de dados e na pesquisa, há métodos consolidados para se trabalhar de forma contínua e sistematizada a produção de informação, sejam notícias ou outros formatos midiáticos, a partir de bancos de dados estruturados em ambientes públicos ou privados (Gênero e Número, 2025).

As vozes das mães migrantes são apresentadas não como vítimas silenciosas, mas como agentes. A escuta qualificada, nesse caso, não é apenas uma técnica jornalística: é um gesto de reparação simbólica. Como afirmam Gonçalves et al. (2021), ao romper com as lógicas comunicacionais colonizadoras que naturalizam a dor das mulheres racializadas e pobres, as narrativas insurgentes reposicionam essas vozes como fontes legítimas de saber. Ao adotar essa postura, as reportagens analisadas tensionam a estrutura hegemônica da mídia e desestabilizam a colonialidade do saber no jornalismo.

Essa ruptura se aprofunda quando o jornalismo abandona o foco exclusivamente jurídico e institucional, para incorporar a experiência como critério legítimo de veracidade. A escolha por iniciar as matérias com testemunhos pessoais, muitas vezes antes de qualquer dado técnico, subverte o modelo clássico da “pirâmide invertida” e propõe outra lógica narrativa: uma que reconhece a centralidade da vivência como categoria política. Para Collins

(2019), esse gesto afirma que o saber nasce da experiência, especialmente quando produzido por mulheres negras e marginalizadas.

Quando homens brancos de elite ou qualquer outro grupo excessivamente homogêneo domina os processos de validação do conhecimento, esses dois critérios políticos podem servir para suprimir o pensamento feminista negro. Dado que a cultura geral estadunidense que dá forma ao conhecimento considerado correto pela comunidade de especialistas é permeada por pressupostos de inferioridade feminina negra, novas reivindicações de conhecimento que parecem violar essa suposição fundamental tendem a ser vistas como anomalias. Além disso, é improvável que um pensamento especializado que coloque em xeque pressupostos de inferioridade feminina negra seja gerado em ambientes acadêmicos controlados por homens brancos, porque tanto as perguntas elaboradas nesse contexto como as respostas refletiriam necessariamente uma falta básica de familiaridade com as realidades das mulheres negras. Mesmo aqueles que acham que estão familiarizados com tais realidades podem reproduzir estereótipos (Collins, 2019, p. 458).

Nos textos da Gênero e Número, por exemplo, o uso de mapas, gráficos e fragmentos de legislação aparecem sempre como elemento de apoio às vozes das entrevistadas — e não o contrário. Isso representa um esforço consciente de não subordinar a experiência à prova técnica, mas de integrá-las em pé de igualdade. Como afirma Ricoeur, a configuração narrativa tem o poder de reorganizar o tempo e o sentido dos acontecimentos, produzindo uma nova forma de inteligibilidade. Esse equilíbrio entre dado e afeto é uma das marcas centrais das estratégias informativas das reportagens analisadas.

Outro aspecto importante é a crítica direta à desinformação institucional. Na matéria “Como a Lei de Alienação Parental pode ser usada contra mulheres”, o Nexso desmonta o discurso jurídico de neutralidade ao mostrar como essa legislação tem sido mobilizada por agressores para deslegitimar a maternidade. Ao incluir entrevistas com juristas e defensoras de direitos humanos, o texto revela os mecanismos pelos quais a lei opera como instrumento de silenciamento. Essa prática narrativa confronta diretamente o que Segato (2016) destaca sobre o uso do sistema jurídico como uma tecnologia de poder, que atua para manter intactas as hierarquias patriarcais sob o véu da legalidade, o que contribui para a despolitização da violência de gênero.

Em vez de tratar a violência vicária como um problema de foro íntimo ou como desvio da norma, as reportagens analisadas a apresentam como fenômeno de ordem pública e estrutural. Segundo Segato (2016), a violência contra a mulher não deve ser enfrentada como uma questão privada ou domiciliar e sim como uma questão pública, que merece atenção das instituições cabíveis. Essa mudança de perspectiva narrativa tem implicações profundas: ela redefine os termos do debate público, deslocando a pergunta do “que aconteceu?” para “por

que isso continua acontecendo?”. Esse movimento está no cerne da mimese II, ao organizar o relato com intenção de denúncia, de responsabilização e de transformação.

Além disso, a estruturação temporal das matérias permite que o leitor compreenda os vínculos entre passado e presente, entre decisão institucional e impacto na vida cotidiana das mulheres. O tempo narrativo — ao contrário do tempo cronológico — é construído para dar sentido à dor, à espera e à omissão estatal. Trata-se, como diz Ricoeur, de converter o accidental em verossímil, o episódio isolado em estrutura. Essa construção narrativa se torna também uma forma de resistência contra o apagamento e a fragmentação da memória das vítimas.

A potência transformadora dessas narrativas se concretiza na forma como afetam o leitor, convocando-o à reflexão e à ação. A mimese III — momento da refiguração — opera quando o público se reconhece interpelado pelas experiências relatadas e passa a enxergar, nas mulheres narradas, sujeitos de direitos e não apenas “casos jornalísticos”. Como afirma Carvalho (2012), é nesse ponto que o jornalismo adquire sua dimensão pedagógica e política: “a narrativa permite reconfigurar o mundo do leitor”.

As estratégias informativas adotadas pelas jornalistas também são relevantes. O uso de linguagem acessível, a organização visual dos textos e a presença de fontes diversas (jurídicas, acadêmicas, ativistas) contribuem para democratizar o acesso ao conteúdo e ampliar seu potencial de circulação. O enfrentamento à desinformação, aqui, se dá não apenas pelo que se diz, mas pela forma como se diz: com cuidado, com rigor e com responsabilidade discursiva.

Ao mesmo tempo, essas reportagens tensionam o próprio campo do jornalismo. Ao recusarem a neutralidade como critério absoluto e se posicionarem de forma clara frente à injustiça, as jornalistas reafirmam o papel político do jornalismo. Como mostra o artigo de Gonçalves, Fonseca, Costa & Carvalho (2021), enfrentar a violência contra mulheres implica também enfrentar a colonialidade da comunicação. E isso exige práticas narrativas plurais que não reproduzam as mesmas estruturas simbólicas que pretendem denunciar. Segundo Crenshaw (2002), a interseccionalidade é uma lente analítica para entender como diferentes formas de desigualdade muitas vezes operam simultaneamente e se reforçam mutuamente.

A discriminação interseccional é particularmente difícil de ser identificada em contextos onde forças econômicas, culturais e sociais silenciosamente moldam o pano de fundo, de forma a colocar as mulheres em uma posição onde acabam sendo afetadas por outros sistemas de subordinação. Por ser tão comum, a ponto de parecer um fato da vida, natural ou pelo menos imutável, esse pano de fundo (estrutural) É,

muitas vezes, invisível. O efeito disso é que somente o aspecto mais imediato da discriminação é percebido, enquanto que a estrutura que coloca as mulheres na posição de receber tal subordinação permanece obscurecida. Como resultado, a discriminação em questão poderia ser vista simplesmente como sexista (se existir uma estrutura racial como pano de fundo) ou racista (se existir uma estrutura de gênero como pano de fundo). Para apreender a discriminação como um problema interseccional, as dimensões raciais ou de gênero, que são o parte da estrutura, teriam de ser colocadas em primeiro plano, como fatores que contribuem para a produção da subordinação (Crenshaw, 2002, p. 176).

Por fim, é possível afirmar que as reportagens da Gênero e Número e do Nexo Jornal não apenas informam: elas propõem sentidos alternativos para temas silenciados, como a violência vicária. Ao narrar essas experiências com escuta, profundidade e compromisso ético, os textos analisados se inscrevem como formas de resistência simbólica e como instrumentos de disputa política no campo da informação. A mimese II, nesse contexto, revela-se como espaço de possibilidade em que o jornalismo tem o poder social de transformar realidades.

3.3 Convergências, impactos e potencial político-informativo

A análise narrativa das reportagens da revista Gênero e Número e do Nexo Jornal revela convergências importantes na maneira como ambas as publicações constroem sentidos diante da violência vicária, enfatizando o papel do jornalismo diante da desinformação. A partir da mimese III de Paul Ricoeur, compreende-se que as narrativas produzidas não se encerram na sua configuração textual, mas se abrem à refiguração pelos leitores. Isso significa que o efeito político dessas reportagens está diretamente relacionado à sua capacidade de interpelar afetivamente e cognitivamente o público, promovendo deslocamentos na forma como a violência é compreendida.

Ambos os veículos optam por uma abordagem que recusa a neutralidade tradicional do jornalismo, mobilizando uma escuta qualificada e comprometida. Esse gesto editorial produz efeitos éticos e simbólicos ao reposicionar as vítimas como sujeitos epistêmicos, o que dialoga com a proposta de Rita Segato de compreender a violência de gênero como parte de sistemas comunicativos. A partir do momento em que o jornalismo reconhece as narrativas das mulheres como discursos legítimos, ele rompe com pactos coloniais de silenciamento e abre espaço para a pluralidade de sentidos e experiências.

Os impactos dessas estratégias podem ser observados na forma como as reportagens desnaturalizam os discursos jurídicos e midiáticos que tendem a culpabilizar as mulheres. A centralidade da escuta de mães migrantes, por exemplo, evidencia o uso da Convenção de Haia e da Lei da Alienação Parental como instrumentos de coerção institucional. Esse tipo de cobertura possibilita que o leitor reconheça a dimensão estrutural da violência vicária, em vez de percebê-la como uma disputa individualizada entre pais e mães.

A narrativa proposta pelas reportagens analisa ainda a omissão do Estado e o papel das instituições consulares, revelando como a desinformação institucional também opera pela invisibilização. Esse ponto é importante porque atualiza a compreensão da desinformação para além da fake news, incluindo práticas discursivas que, mesmo sem mentir, silenciam, omitem ou desautorizam a palavra das vítimas.

As convergências também aparecem na adoção de um vocabulário que não apenas denuncia, mas reconfigura. Termos como "violência vicária", "apagamento institucional" e "invisibilização jurídica" são recuperados pelas reportagens com intencionalidade, desafiando a linguagem jurídico-burocrática e propondo novas formas de nomear a opressão. Isso reforça a ideia de que disputar os sentidos é, também, disputar os lugares de fala e de escuta no espaço público.

A reportagem especial publicada pelo Nexo “As mães acusadas de sequestro ao fugirem de abusos no exterior”, em parceria com a Agência Pública, lança luz sobre formas contemporâneas de violência vicária transnacional, nas quais o sistema legal internacional — em especial a Convenção de Haia — é mobilizado por homens agressores como instrumento de continuidade da violência contra mulheres e crianças. Ao narrar casos como o de Raquel Cantarelli, a matéria explicita como o Estado, ao ignorar contextos de violência doméstica, coopera na revitimização dessas mães, retirando-lhes a guarda dos filhos sob a justificativa de “sequestro internacional”. Essa estratégia narrativa reforça uma compreensão ampliada da violência vicária: não apenas como uso dos filhos para ferir a mãe, mas como violência institucional de gênero operada por meio de tratados internacionais, que ignoram a centralidade da proteção materna em contextos de risco.

Além disso, a reportagem promove uma importante inflexão política ao conectar os relatos de violência vicária com o silenciamento institucional e a omissão do Estado brasileiro. A matéria denuncia como a aplicação automática da Convenção de Haia — sem considerar denúncias de violência doméstica — transforma o instrumento jurídico em

mecanismo de perpetuação da punição às mulheres que rompem com relações abusivas. Essa dimensão da violência vicária, que passa pela intermediação estatal e pela legitimação legal da punição às mães, é tratada com profundidade narrativa e respaldo documental. O texto amplia, assim, o entendimento do fenômeno como uma estrutura de controle patriarcal sustentada por tecnicidades jurídicas, e não como casos isolados ou desvios do sistema.

Tanto a Justiça europeia quanto a brasileira acusam Raquel de sequestro das próprias filhas, porque ela, conforme relatou, para fugir da violência do ex-companheiro, voltou ao Brasil trazendo as crianças. Um dos artigos da Convenção de Haia, em vigor desde 1980, com adesão de mais de 100 países, define como “sequestro internacional” retirar criança ou adolescente menor de 16 anos do seu país de residência sem autorização de um dos genitores, seja pai ou mãe. Esse argumento jurídico tem sido utilizado, mesmo quando as mulheres são vítimas de violência doméstica (Nexo Jornal, 2023).

A reportagem “Violência vicária: crianças viram armas para agressões contra brasileiras na Europa”, publicada pela revista *Gênero e Número* (2025), aprofunda a noção de violência vicária como um mecanismo transnacional de punição às mulheres que rompem com dinâmicas familiares abusivas. O caso de Gislayne Macedo, condenada por subtração de menores após impedir o contato da filha com o pai agressor, evidencia como o sistema judicial de países europeus desconsidera reiteradamente os contextos de violência prévia ao estabelecer regimes de guarda. A narrativa jornalística assume papel pedagógico ao nomear como vicária essa sucessão de agressões que, além de atingirem a filha diretamente, visam causar sofrimento à mãe — sendo reforçadas por decisões judiciais que deslegitimam a proteção materna. A linguagem utilizada, ainda que acessível, mobiliza termos técnicos e dados estatísticos que qualificam o fenômeno como parte de uma engrenagem institucional de silenciamento.

Outro aspecto relevante da matéria é o enfoque interseccional ao discutir os impactos da violência vicária sobre brasileiras em situação de migração, especialmente na Europa. A reportagem articula depoimentos, dados do Mapa Nacional da Violência de Gênero e análises de especialistas para revelar como raça, classe, status migratório e barreiras linguísticas acentuam a vulnerabilidade das mulheres diante das disputas de guarda e da ineficácia consular. A presença de discursos judiciais punitivistas, como o da juíza que repreende Gislayne por denunciar violência, ilustra o modo como as instituições não apenas falham em proteger, mas colaboram na revitimização das vítimas. Ao nomear e exemplificar a violência vicária nessas tramas internacionais, a reportagem contribui para consolidar um repertório informativo crítico, situado e orientado por uma perspectiva decolonial.

Nesses casos, os critérios podem variar desde a preferência da Justiça pela guarda compartilhada até a consideração da religião ou da cultura dos pais. Por exemplo, se a mãe não for adepta à religião considerada “correta” para aquele país, pode haver uma influência, ainda que subjetiva, para decidir contra ela – uma vez que ela não passaria os valores “corretos” à criança (Gênero e Número, 2025).

As matérias analisadas revelam um compromisso com o enfrentamento das pedagogias da crueldade, expressão utilizada por Segato (2019), para nomear o modo como o sofrimento de determinados corpos é transformado em espetáculo midiático ou em dado neutro. De certa forma, essa exposição visa “ensinar uma lição” às mulheres que rompem com a norma patriarcal ainda tão presente na sociedade. Ao contrário disso, os textos da Gênero e Número e do Nexo buscam conferir densidade às narrativas, construindo uma ambiência de escuta que reconhece a complexidade da experiência feminina diante da violência institucional.

Segundo Segato (2019), há uma relação de equilíbrio entre a dignidade, a coesão e a força de um grupo social e a subordinação das mulheres dentro desse coletivo. A moralidade do grupo estaria condicionada à submissão feminina, o que leva a comunidade a exercer controle sobre o corpo das mulheres como forma de preservar sua estrutura simbólica. Evidenciando, assim, o desafio que a emancipação das mulheres impõe ao paradigma jurídico moderno, frequentemente incapaz de romper com as raízes simbólicas da dominação patriarcal. Outro resultado importante da análise é a constatação de que ambas as publicações operam na fronteira entre informação e formação. A partir de seus modos de narrar, elas não apenas informam sobre casos de violência, mas tensionam os limites da institucionalidade e convidam o leitor a repensar sua própria posição frente às estruturas de poder. Essa é uma característica central da refiguração, pois desloca a narrativa do campo descritivo para o campo da ação simbólica e ética.

Segundo bell hooks (2013), a criação e circulação de saberes é um ato coletivo e insurgente, que acontece nos espaços onde vozes silenciadas passam a ser ouvidas e reconhecidas, inclusive fora dos limites institucionais tradicionais. Por isso, o impacto político-informativo dessas reportagens se revela ainda na sua capacidade de repercutir em diferentes esferas. A circulação dos conteúdos nas redes sociais, sua citação em espaços acadêmicos e sua apropriação por movimentos feministas indicam que essas narrativas extrapolam o espaço do jornalismo e se integram em processos mais amplos de construção de memória e justiça.

Se realmente queremos criar uma atmosfera cultural em que os preconceitos possam ser questionados e modificados, todos os atos de cruzar fronteiras devem ser vistos como válidos e legítimos. Isso não significa que não sejam sujeitos a críticas ou questionamentos críticos ou que não haja muitas ocasiões em que a entrada dos poderosos nos territórios dos impotentes serve para perpetuar as estruturas existentes. Esse risco, em última análise, é menos ameaçador que o apego e o apoio contínuos aos sistemas de dominação existentes, particularmente na medida em que afetam o ensino, como ensinamos e o que ensinamos (hooks, 2013, p. 175).

Ao promover o reconhecimento de padrões sistemáticos de silenciamento, as reportagens contribuem para a denúncia de práticas estatais que naturalizam a revitimização. Esse tipo de jornalismo de resistência funciona como um contra-discurso, capaz de desestabilizar versões hegemônicas e introduzir novas referências no debate público. Como afirma Fabiana Moraes (2015), ao se posicionar politicamente e acolher vozes silenciadas, o jornalismo pode operar como ferramenta de deslocamento discursivo, rompendo com a lógica da neutralidade e dando visibilidade a experiências que desafiam a ordem instituída.

Em termos de estilo comum ao jornalismo, observa-se que as reportagens adotam uma linguagem clara, mas não simplista, que articula densidade conceitual e acessibilidade. Isso amplia o potencial de alcance das narrativas e favorece a mimese III, pois o texto se torna mais passível de apropriação e reflexão por diferentes públicos, sem abrir mão do rigor.

A pluralidade de fontes, a escuta ativa de especialistas e o uso de dados inéditos reforçam o compromisso com uma informação qualificada, características que deveriam estar presentes em toda produção jornalística. Essa pluralidade - que não diz respeito somente ao número de fontes, mas à inclusão de fontes de diferentes raças, gêneros e classes - garante que o texto não funcione como espelho de um único ponto de vista, mas como espaço polifônico em que a complexidade dos conflitos é valorizada. Segundo Crenshaw (2002), a interseccionalidade é uma lente analítica para entender como diferentes formas de desigualdade muitas vezes operam simultaneamente e se reforçam mutuamente. Dessa forma, é imprescindível para o jornalismo adotar, cada vez mais, uma postura interseccional em suas narrativas.

As estratégias de produção adotadas pelos dois veículos analisados indicam que é possível combinar rigor informativo e engajamento político sem comprometer a credibilidade. Ao contrário, a credibilidade se fortalece quando o jornalismo se posiciona de forma transparente e comprometida com os direitos humanos. A produção jornalística pode ser ética, rigorosa e comprometida com a verdade sem abdicar da escuta das margens, da implicação e

da consciência social. Na reflexão proposta por Moraes (2022), o que precisamos questionar é a naturalização do conceito de objetividade como um aspecto neutro do jornalismo.

Nesse sentido, a análise narrativa mostra que o jornalismo pode operar como mediador entre experiências de dor e processos de reconhecimento. Ao estruturar as reportagens de forma ética e politicamente situada, os veículos analisados podem provocar reflexões no imaginário social sobre a maternidade, a justiça e o lugar das mulheres no espaço público. Tal movimento dialoga com a concepção de justiça proposta por Fraser (2006), segundo a qual o reconhecimento simbólico é condição indispensável para a superação das desigualdades e a construção de uma esfera pública mais democrática e plural.

Por fim, o principal resultado que encontramos com esta análise é a constatação de que o jornalismo pode funcionar como instrumento de reconfiguração simbólica do mundo social. Ao colocar em disputa as narrativas hegemônicas e propor outras formas de dizer e de ouvir, as reportagens da Gênero e Número e do Nexô Jornal não apenas enfrentam a desinformação, mas tentam contribuir para a construção de uma esfera pública mais plural, ética e justa.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir da análise feita nesta monografia, buscou-se compreender o papel do jornalismo no enfrentamento à desinformação sobre violência vicária por meio do Nexo Jornal e a Gênero e Número. É possível observar que este é um tipo específico da violência de gênero, que muitas vezes pode ser considerada uma questão a ser resolvida no âmbito domiciliar, porém, como aponta Segato (2016) a violência de gênero não deve ser tratada como uma questão doméstica, mas sim de responsabilidade das instituições cabíveis. A escolha desses veículos foi feita por entender que são iniciativas auto intituladas independentes comprometidas em contribuir para um debate público qualificado em torno da temática. Como prática discursiva e social, o jornalismo tem uma posição importante na mediação dos temas, na formação das percepções sociais e no potencial de combate à essas violências.

Foi possível observar que tanto o Gênero e Número quanto o Nexo Jornal se diferenciam do tipo tradicional de narrativas ao se ancorarem na implementação de estratégias de aprofundamento, contexto e responsabilidade informativa. Pode-se também perceber que essas ações se somam ao ato de tornar visível a mecânica da violência, ao aumento da pluralidade de vozes e à ampliação do repertório social sobre o tema. Narrativas mais longas, estatísticas e fontes qualificadas e plurais e a escuta qualificada estão entre essas práticas que, no geral, resistem às lógicas reducionistas das narrativas na mídia.

A partir do diálogo com autores como Segato (2016), Moraes (2022), Carvalho (2012), entre outros que discutem o poder da linguagem e das narrativas jornalísticas, foi possível identificar práticas narrativas que podem contribuir para tensionar estruturas patriarcais, ainda tão presentes na prática jornalística. Ambos os veículos analisados rompem de certa forma com o tradicionalismo, que muitas vezes está ligado ao reforço de estereótipos patriarcais.. Estes veículos tentam enfrentar o apagamento típico das mídias comerciais, investindo em reportagens aprofundadas, linguagem cuidadosa e maior visibilidade para temas frequentemente negligenciados, priorizando a perspectiva das vítimas de violência.

A análise das reportagens também chama a atenção para o fato de que uma comunicação comprometida com a escuta plural sobre o problema da violência vicária é alcançada quando a mensagem é colocada como parte de uma estrutura da violência de gênero, em vez de a partir de uma lógica de casos isolados. A decisão de entrelaçar a

experiência pessoal com os cenários geopolíticos, legais e institucionais permite que o jornalismo se afaste do processo redutivo que caracterizou algumas entregas de informações. Segundo Moraes (2022), é preciso, além da objetividade, buscar compreender as subjetividades presentes em uma pauta. Essa estratégia narrativa contribui para a descentralização dos discursos naturalizados que geralmente despolitizam os confrontos familiares e escondem a supremacia masculina com o artifício da justiça imparcial. O jornalismo, quando busca abraçar pluralidade e visibilizar as subjetividades presentes em temas complexos como a violência vicária, pode ser uma forma de “desmantelar bombas” (Moraes, 2022, p. 10).

O caminho metodológico também possibilitou a identificação de desafios e limitações, inerentes ao cenário do jornalismo digital independente. Reservas prudentes são necessárias, especialmente em relação às dinâmicas de alcance e sustentabilidade dessas iniciativas, ainda presas a lutas algorítmicas, segmentação de público e dificuldades estruturais do campo jornalístico. Ainda que a GN e o Nexo estejam dentro de um contexto mais progressista do jornalismo, é importante entender que estes veículos não estão isentos de falhas ou ambiguidades ao tratar de temáticas sensíveis como a violência vicária.

De fato, pode-se dizer que o jornalismo enquanto forma de resistência tem um papel significativo na produção de contra narrativas e na promoção de informações qualificadas em torno da violência vicária. Essas iniciativas contribuem para democratizar o acesso à informação qualificada, desafiando os quadros simplificadores da mídia e ousando priorizar as experiências das mulheres. Mas é necessário, na mesma medida, ocupar o fato de que essas tentativas, inseridas em um campo de disputa permanente, estão continuamente em tensão com as forças estruturantes da mídia hegemônica e as lutas de circulação em ambientes digitais.

O jornalismo não é uma alternativa para políticas públicas ou mudanças institucionais, mas serve como um espaço relevante para denunciar, lembrar e reconhecer violências. A prática jornalística nos permite ver maneiras de como a desinformação pode ser desafiada, mesmo quando se depara com as contradições e limitações de toda prática social situada em campos de poder. A escolha de pautas pode tanto visibilizar e invisibilizar experiências. Como afirma Moraes:

Assim, tanto os elementos presentes na concepção de uma reportagem quanto aqueles que foram descartados são sempre escolhas políticas e, sim, também arbitrárias. Toda pauta organiza e desorganiza visibilidades e invisibilidades, toda pauta hierarquiza e deshierarquiza vozes e representações, toda pauta estrutura e desestrutura discursos. Toda pauta é uma arma e, sendo assim, toda pauta também pode ser uma arma de combate: ela pode servir para ir de encontro a uma desumanização também alimentada pelo próprio jornalismo. É uma tecnologia à disposição de um agir. (2022, p. 9)

Como aponta Segato (2016), existe uma “pedagogia da crueldade”, que busca minimizar a empatia em casos de violência contra a mulher servindo ao propósito patriarcal de manutenção do poder. Dessa forma, a construção de reportagens mais sensíveis à violência, com escutas das vítimas e de especialistas, pode ir de encontro à esse processo e tem o potencial de produzir um pensamento crítico que foge do conservadorismo e das lógicas hegemônicas, além de dar às mulheres que estão dentro do ciclo de violência a oportunidade de conhecerem seus direitos e combaterem as agressões. Tratar das tantas violências sofridas pelas mulheres de forma simplista e “neutra” contribui para a naturalização das agressões.

A pedagogia masculina e seu mandato transformam-se em pedagogia da crueldade, funcional à cobiça expropriadora, porque a repetição da cena violenta produz um efeito de normalização de um padrão de crueldade e, com isso, promove nas pessoas baixos limiares de empatia indispensáveis para o empreendimento predatório. (Segato, 2016, p. 23)

Embora os relatórios revisados mostrem que são feitos esforços para estender o debate sobre a violência vicária, vale ressaltar que o jornalismo não é o fornecedor exclusivo de significados na sociedade. Assim, Moraes alerta que o espaço midiático é “atravessado por instituições e comportamentos que determinam fortemente como se vive, coletivamente, um tempo” (2022, p. 283). Assim sendo, a prática jornalística por si só não é capaz de transformar a realidade da violência contra a mulher no Brasil, mas pode ser um vetor de mudanças, especialmente quando há interesse das instituições e da sociedade em mudar uma realidade marcada por narrativas que culpam, invisibilizam e limitam as informações para as mulheres.

A análise do discurso baseada em Ricoeur (1994), particularmente na ferramenta do conceito de tríplice mimesis, nos ajudou a esclarecer as camadas simbólicas que organizam a narrativa jornalística. As etapas de prefiguração, configuração e refiguração demonstraram como o jornalismo está enraizado em lutas políticas desde o processo de determinação da agenda até chegar às mãos do público. Esta ênfase foi baseada na percepção sobre o potencial

transformador da prática jornalística e dos desafios colocados para sua realização em contextos marcados por normatividades coloniais e patriarcais.

A análise também mostra como a desinformação é usada estrategicamente para perpetuar sistemas de exclusão. Em todos os casos, mas neste trabalho especificamente sobre a violência vicária, a desinformação não só diminui a gravidade do problema, mas também os ajuda a atribuir a culpa publicamente às mulheres em muitos casos. Apagar a violência estrutural, juntamente com a troca de narrativas legais nas quais conceitos como alienação parental são usados instrumentalmente, explica como o poder institucional aumenta sua capacidade de silenciar vítimas. Isso também se manifesta na mídia tradicional, testemunhando em primeira mão a importância das experiências de jornalistas que questionam tais construções.

Sob a ótica de Segato (2016), é evidente que a violência não pode ser considerada um evento isolado ou um acidente de convivência, mas como uma forma de ensinar às mulheres que mantenham uma posição subordinada na ordem patriarcal ainda vigente. Dessa forma, dentro do jornalismo, subverter essa lógica dominante e dar às mulheres espaço e visibilidade para falar e denunciar as violências sofridas é uma forma de resistência, ainda que não sane a questão.

Nos relatos jornalísticos da Gênero e Número, uma opção editorial que desloca o foco da culpa das mães no discurso tradicional, jurídico e midiático para a denúncia dos mecanismos institucionais que reproduzem a violência e silenciam as mulheres em situações de disputa parental. O Nexô Jornal, por sua vez, destaca a tentativa de criar uma disputa mais esclarecida e as limitações de uma narrativa que, apesar de explicativa, em certos momentos acaba por cair no uso endurecido do formato jurídico, para desvendá-los. São precisamente esses movimentos que aguçam o conflito simbólico que envolve a violência vicária e que ressurgirá: o conflito não se encerra com um conteúdo jornalístico, mas está inscrito na linguagem utilizada, na procedência das fontes, nas lógicas narrativas e nas referências simbólicas que ordenam o discurso jornalístico.

Para estudos futuros, sugerimos que pode haver espaço para analisar mais detalhadamente os efeitos específicos dessas práticas no imaginário social e investigar estratégias que possam contribuir para uma difusão e eficácia mais amplas do jornalismo de resistência em contextos onde as desigualdades estruturais são proeminentes. Este trabalho,

portanto, realça o valor de um jornalismo voltado para a justiça de gênero, capaz de não cair na desinformação e conhecer os problemas abertos no campo da comunicação brasileiro.

Assim, longe de apenas relatar, esses relatos também estão envolvidos em um campo discursivo competitivo sobre o que conta como legítimo: quem é reconhecido como vítima, cujo sofrimento é autenticado, quem é silenciado, quem é suspeito (Kilomba, 2019). Ao estreitar o campo de visão para as práticas jornalísticas, este artigo não pretende reivindicar alguma vitória sobre as dinâmicas históricas de silenciamento que não deixaram de existir porque a Gênero e Número e o Nexo surgiram, mas registrar a construção narrativa como um fator significativo na afirmação do significado público sobre o que pode ser considerado violência, ou não.

REFERÊNCIAS

BUCKINGHAM, David. **Precisamos realmente de educação para os meios?** São Paulo: Comunicação & Educação, 2012.

BUTLER, Judith. **Discurso de ódio**: uma política do performativo. São Paulo: Editora Unesp, 2012.

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero**: feminismo e subversão da identidade. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018.

CARDEAL, Camila Costa; REZENDE, Alice; LIMA, Samira. **Tecnologias patriarcais**: uma revisão sistemática sobre a alienação parental. Revista Estudos Feministas, Florianópolis, v. 33, n. 1, 2025.

CARNEIRO, Sueli. **A construção do outro como não ser como fundamento do ser**. In: SILVA, Petronilha B. G. (Org.). Intelectuais negras: prosa e poesia. São Carlos: EdUFSCar, 2015. p. 49–55.

CARVALHO, Carlos Alberto de. Entendendo as narrativas jornalísticas a partir da tríplice mimese proposta por Paul Ricoeur. **Matrizes**, Ano 6, nº 1, p. 169-187, jul./dez. 2012.

CARVALHO, Carlos. Alberto.; GONÇALVES, Juliana Soares; CARVALHO FONSECA, Maria Gislene; COSTA, Verônica Soares. Feminismos, colonialidades e violências contra mulheres em suas dimensões comunicacionais. **Revista Eco-Pós**, 24(1), 139–158, 2021. <https://doi.org/10.29146/ecopos.v24i1.27596>.

COLLINS, Patricia Hill. **Pensamento feminista negro**: conhecimento, consciência e a política do empoderamento (J. P. Dias, Trad.). São Paulo: Boitempo.

FERREIRA, Juliana. **Menino é entregue à guarda do pai, acusado de estuprá-lo**. Revista Piauí, 09 de julho de 2024. Disponível em: <https://piaui.folha.uol.com.br/menino-guarda-justica-ceara-pai-acusado/>. Acesso em: 18 de junho de 2025.

FRASER, Nancy. **Da redistribuição ao reconhecimento? Dilemas da justiça numa era “pós-socialista”**. Cadernos de Campo, 2006.

G1. **Cena de ‘Vale tudo’ faz subir pedidos de pensão alimentícia**; veja passo a passo de como pedir. G1, 20 maio 2025. Disponível em: <https://g1.globo.com/pop-arte/noticia/2025/05/20/cena-de-vale-tudo-faz-subir-pedidos-de-pensao-alimenticia-veja-passo-a-passo-de-como-pedir.ghtml>. Acesso em: 30 de junho de 2025.

GÊNERO E NÚMERO. **Sobre**. Disponível em: <https://www.generonumero.media/sobre/>. Acesso em: 30 jun. 2025.

GÊNERO E NÚMERO. **Violência vicária é a principal forma de violência contra brasileiras na Europa**. Gênero e Número, 6 mar. 2024. Disponível em: <https://www.generonumero.media/reportagens/violencia-vicaria-exterior-europa/>. Acesso em: 26 jun. 2025.

GÊNERO E NÚMERO. **Violência vicária**: Crianças viram armas para agressões contra brasileiras na Europa. 22 set. 2023. Acesso em: 18 jun. 2025.

GONZALEZ, Lélia. A categoria político-cultural da Amefricanidade. In: HOLLANDA, Heloisa Buarque de (Org.). **Pensamento feminista**: conceitos fundamentais. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019.

hooks, bell. **Ensinando a transgredir**: a educação como prática da liberdade. Tradução de Marcelo Brandão Cipolla. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2013.

KILOMBA, Grada. **Memórias da plantação**: episódios de racismo cotidiano. Rio de Janeiro: Cobogó, 2019.

LIMA, Marina. **As mães acusadas de sequestro ao fugirem de abusos no exterior**. Nexo Jornal, 10 nov. 2023. Disponível em: <https://www.nexojornal.com.br/externo/2023/11/10/as-maes-acusadas-de-sequestro-ao-fugirem-de-abusos-no-exterior>. Acesso em: 28 de junho de 2025.

LUGONES, María. **Rumo a um feminismo decolonial**. In: HOLLANDA, Heloisa Buarque de (Org.). **Pensamento feminista**: conceitos fundamentais. Rio de Janeiro: Bazar do

Tempo, 2019.

MORAES, Fabiana. **A pauta é uma arma de combate**: subjetividade, prática reflexiva e posicionamento para superar um jornalismo que desumaniza. 1. ed. Porto Alegre [RS]: Arquipélago, 2022.

MOREIRA, Júnna Maria; PEIXINHO, Hellen Luane Silva; CORDEIRO, Gleice Oliveira; SOUZA, Jackeline Maria. Concepções de gênero e violência contra a mulher. *Ciências Psicológicas*, 14(2), e-2309, 2020. Doi: <https://doi.org/10.22235/cp.v14i2.2309>.

NEXO JORNAL. **As mães acusadas de sequestro ao fugirem de abusos no exterior**. Nexo Jornal, 10 nov. 2023. Disponível em: <https://www.nexojornal.com.br/externo/2023/11/10/as-maes-acusadas-de-sequestro-ao-fugirem-de-abusos-no-exterior>. Acesso em: 26 jun. 2025.

NEXO JORNAL. **Como a Lei de Alienação Parental pode ser usada contra mulheres**. Nexo Jornal, 4 dez. 2023. Disponível em: <https://www.nexojornal.com.br/expresso/2023/12/04/como-a-lei-de-alienacao-parental-pode-ser-usada-contra-mulheres>. Acesso em: 26 de junho de 2025.

NEXO JORNAL. **O feminicídio de Campinas e a responsabilidade da imprensa**. Nexo Jornal, 5 jan. 2017. Disponível em: <https://www.nexojornal.com.br/ensaio/2017/O-feminic%C3%ADdio-de-Campinas-e-a-responsabilidade-da-imprensa>. Acesso em: 4 de julho 2025.

NEXO JORNAL. **Sobre o Nexo**. Disponível em: <https://www.nexojornal.com.br/sobre/sobre-o-nexo>. Acesso em: 7 de julho de 2025.

O problema da violência sexual é político, não moral. Entrevista com Rita Segato. Instituto Humanitas Unisinos, 2018. Disponível em: <https://www.ihu.unisinos.br/publicacoes/78-noticias/585609-o-problema-da-violencia-sexual-e-politico-nao-moral-entrevista-com-rita-segato>. Acesso em: 6 jul. 2025.

PARISER, Eli. **O filtro invisível**: o que a internet está escondendo de você. Rio de Janeiro: Zahar, 2011.

PENA, Felipe. **Teoria do Jornalismo**. 3. ed. São Paulo: Contexto, 2013. p. 235. 1ª reimpressão.

RICOUER, Paul. **Tempo e narrativa – Tomo I**. Campinas: Papirus, 1994.

SCOTT, Joan W. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. In: LOURO, Guacira Lopes (Org.). **O que é gênero?** Rio de Janeiro: EDUERJ, 1995.

SEGATO, Rita Laura. **La guerra contra las mujeres**. Madrid: Traficantes de Sueños, 2016.

SOUSA, Jessé. **A classe média no espelho**: sua história, seus sonhos e ilusões, sua realidade. Rio de Janeiro: Estação Brasil, 2018.

SOUZA, Jessé. **A tolice da inteligência brasileira**. São Paulo: Leya, 2015.

TRAQUINA, Nelson. **Teorias do jornalismo**: por que as notícias são como são. 3. ed. Florianópolis: Insular, 2019.

TUCHMAN, Gaye. ***Making news: a study in the construction of reality***. New York: Free Press, 1978.

VACCARO, Sonia Emilia; LAGUNA, Eva Haro; GUTIÉRREZ, Alba Oviedo Castillejo; PRATS, María Dolores Rubio. **Estudio y recopilación de casos sobre violencia vicaria y violencia de género institucional**: un laberinto perverso contra las madres protectoras. Granada: Asociación de Mujeres Psicología Feminista, 2023.

WARDLE, Claire; DERAKHSHAN, Hossein. ***Information disorder: toward an interdisciplinary framework for research and policy making***. Council of Europe Report DGI(2017)09. Strasbourg, 2017.